

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVIII - N.º 14 / 2017

11 de julho de 2017



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 11 de julho de 2017

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

	Página
CÂMARA MUNICIPAL	
13.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 28 de junho de 2017	
Proposta	7
Voto de Pesar	7
Atas da Câmara Municipal de Odivelas	8
Mobilidade Intercarreiras	8
Abertura de procedimento concursal, por tempo indeterminado, para ocupação de cinco postos de trabalho na categoria de Assistente Operacional	8
Abertura de procedimento concursal, por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Técnico Superior	8
Procedimento para o Fornecimento de Gás Natural Comprimido (GNC), dividido em 2 lotes - CP 3/2017 - Processo 14/DM/2017 - Minutas de Contrato	8
Programa das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar para o Ano Letivo 2017/2018	9
Minutas dos Acordos de Colaboração e Cooperação, bipartidos e tripartidos, a celebrar entre o Município de Odivelas e as entidades parceiras das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar	9
Continuidade do Programa “Do Urbano ao Rural” no ano letivo 2017/2018	19
Atribuição de subsídio à Escola Profissional Agrícola D. Dinis da Paiã	20
Reembolso à Junta da União de Freguesias de Ramada e Caneças	20
Aceitação de patrocínios, no âmbito da comemoração do Dia Mundial do Ambiente 2017	21
Redução da caução prestada para garantia da adequada execução das obras de urbanização relativas ao alvará de licença de loteamento n.º 03/2011, na Ramada	22
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 471, da Rua Columbano Bordalo Pinheiro, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	22
Emissão de parecer favorável para a execução e ligação de ramal de água com instalação de um contador, na moradia unifamiliar, no Bairro Serra da Luz, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	22
UNIDADES ORGÂNICAS	
DESPACHOS	23
DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA	24



	Página
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
9.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 28 de junho de 2017	
Prestação de contas consolidadas do ano de 2016 do Município de Odivelas	41
2.ª Revisão Orçamental Extraordinária de 2017, 10.ª Modificação Orçamental	41
Aquisição do fornecimento do Serviço de Refeições Escolares nos Estabelecimentos de Educação e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e do Pré-Escolar da rede pública do Concelho de Odivelas	42
Passagem de pontos para a próxima sessão da Assembleia Municipal	44
3.ª SESSÃO ORDINÁRIA realizada em 29 de junho de 2017	
Voto de Pesar	44
Recomendação	45
Esquema Diretor da UOPG-13-Zona da Ribeira da Paiã, delimitada no Plano Diretor Municipal de Odivelas, ocupa a envolvente da ribeira da Paiã	45
Passagem de ponto para a próxima sessão da Assembleia Municipal	47
10.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 6 de julho de 2017	
Moções	48
Voto de Pesar	50
Programa de Implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho de Odivelas, para o ano letivo 2017/2018	51
Programa das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar para o Ano Letivo 2017/2018	53
Regulamento do Concurso Gastronómico "Mesa Saloia"	55
ANEXO	
Regulamento do Concurso Gastronómico de Odivelas "Mesa Saloia"	57



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

13.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 28 de junho de 2017

DELIBERAÇÕES

PROPOSTA

“PROPOSTA APRESENTADA PELA CDU E APROVADA POR MAIORIA

“O direito a férias pagas é uma conquista da Revolução de Abril, com tradução na melhoria significativa das condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias.

O direito a férias, representa assegurar aos trabalhadores, tempos de descanso e de lazer, contribuindo ainda para a harmonização da vida pessoal, familiar e profissional.

Trata-se de um direito que é parte integrante da valorização do trabalho e dos trabalhadores, da necessária garantia de elevação das suas condições de vida.

Recorda-se que o regime de férias dos trabalhadores da Administração Pública em vigor até 2014 era de 25 dias úteis até o trabalhador completar 39 anos de idade; 26 dias úteis até o trabalhador completar 49 anos de idade; 27 dias úteis até o trabalhador completar 59 anos de idade; 28 dias úteis a partir dos 59 anos de idade. Previa-se ainda o crêscimo de um dia útil de férias por cada 10 anos de serviço efectivamente prestado.

O anterior governo PSD/CDS alterou o Regime de Trabalho em Funções Públicas com redução dos dias de férias dos trabalhadores, entre um vasto conjunto de medidas que se traduziram numa profunda degradação das condições de vida e de trabalho.

Em, Janeiro de 2017, o PCP apresentou na Assembleia da República, um Projecto de Lei para que entre outras propostas, todos os trabalhadores portugueses tivessem direito a 25 de férias anuais. Esta proposta foi derrotada pelos deputados do PS, PSD e CDS.

Destaca-se, que Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, prevê, nos artigos 13.º e 14.º, que determinadas matérias possam ser objecto de regulamentação colectiva de trabalho, concedendo o artigo 364.º legitimidade aos Municípios para conjuntamente com as associações sindicais celebrarem acordos colectivos de empregador público, também designados por ACEP.

A Câmara Municipal de Odivelas, não abdica de uma clara afirmação da autonomia do poder local fazendo uso da legitimidade que a lei confere de estabelecer com as associações sindicais acordos coletivos de emprego público visando a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Assim a Câmara Municipal de Odivelas, reunida em sessão ordinária de 28 de Junho de 2017, delibera:

1- Proceder à rápida marcação da reunião pedida pelo STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública Local – com vista à celebração de ACEP entre o Município de Odivelas e este Sindicato

2- Que a celebração de ACEP tenha como objectivos essenciais a reposição dos 25 dias de férias e a consignação de tolerância de ponto no Carnaval.

3- Que a CMO responda de forma rápida a eventuais solicitações de outras organizações sindicais que manifestem o seu interesse pela celebração de ACEP.”

Odivelas, 28 de junho de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por maioria)

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE ROSA CLARA VIEIRA VIDAL RIBEIRO NUNES

“A Câmara Municipal de Odivelas e os seus recursos humanos ficaram mais pobres.

A trabalhadora deste Município, Rosa Clara Vieira Vidal Ribeiro Nunes, faleceu no passado dia 14 junho aos 42 anos de idade.

Perdeu-se uma Mulher, uma excelente companheira, uma pessoa alegre e sempre disponível para colaborar, tanto ao nível pessoal como ao nível profissional.



Conhecida pelos seus colegas e amigos por Rosa Clara, foi um quadro exemplar desta casa, desempenhando com grande brio e rigor as suas tarefas, sempre com o seu característico e contagiante sorriso. Iniciou funções na então Comissão Instaladora do Município de Odivelas a 1 de Outubro de 2001, mais concretamente na Divisão de Fiscalização Urbanística (DFU), tendo também passado por outros serviços municipais, como pelo então designado Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo (GCRPP) e o Gabinete de Atendimento Municipal, na Loja do Cidadão. Regressou à DFU em 2010, e desde 2012 até à data do seu falecimento esteve afeta à Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana (DRRU).

Não podemos, por isso, deixar de exprimir o nosso maior reconhecimento pelo serviço público prestado por esta trabalhadora do Município de Odivelas, que em muito colaborou para o bom funcionamento da nossa Autarquia. É, portanto, com profundo pesar que a Câmara Municipal de Odivelas apresenta aos familiares e amigos mais próximos da Rosa Clara, as mais sentidas condolências.”

(Apresentado pelo PS e aprovado, por unanimidade)

Odivelas, 28 de junho de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

ATAS

ATA DA 16.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 16.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 26 de agosto de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 26 de agosto de 2015)

ATA DA 23.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 23.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 30 de novembro de 2016.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 30 de novembro de 2016)

RECURSOS HUMANOS

MOBILIDADE INTERCARREIRAS

Consolidação da mobilidade intercarreiras da trabalhadora Ana Rita Figueira António, pertencente ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com a Proposta n.º 04/PRES/2017, de 2017.06.16.

(Aprovado por unanimidade)

PROCEDIMENTO CONCURSAL ASSISTENTE OPERACIONAL

Abertura de procedimento concursal, por tempo indeterminado, para ocupação de cinco postos de trabalho na categoria de Assistente Operacional, destinado a candidatos com ou sem vínculo de emprego público, previamente estabelecido, para o Departamento de Gestão Educativa, Juventude Cultura e Ambiente – Divisão de Desenvolvimento Desportivo, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/12159, de 2017.06.20.

(Aprovado por unanimidade)

PROCEDIMENTO CONCURSAL TÉCNICO SUPERIOR

Abertura de procedimento concursal, por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Técnico Superior (área de Medicina Veterinária), destinado a candidatos com ou sem vínculo de emprego público, para o Gabinete Veterinário Municipal, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/12131, de 2017.06.19.

(Aprovado por unanimidade)

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

MINUTAS DE CONTRATO RELATIVAS AO PROCEDIMENTO PARA O FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO (GNC), DIVIDIDO EM 2 LOTES - CP 3/2017 PROCESSO 14/DM/2017

Na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas - SIMAR, em 21 de junho de 2017, na sua 68.ª reunião ordinária, foi



remetido à Câmara Municipal de Odivelas, a Proposta 219/2017, através do ofício S/15743/2017 de 2017.06.21, referente à aprovação das minutas de contrato respeitantes ao procedimento para fornecimento de gás natural comprimido, dividido em 2 lotes, concurso público 3/2017. Na sequência da adjudicação do procedimento nos termos da deliberação tomada pela Câmara Municipal de Odivelas, na sua 8.ª reunião ordinária, realizada no dia 19 de abril de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 2017*, página 9), e de acordo com o constante na Informação n.º Interno/2017/7437, de 2017.06.22, é proposto o seguinte:

1. Aprovação das Minutas de Contrato anexas à Proposta 219/2017 e ao abrigo do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos - CCP;

2. Aprovação do compromisso para a Nota de Encomenda n.º 17/00329 (U.R. n.º 16/C/00721, com cabimento), para o Lote 1 – Valorsul- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

3. Aprovação do compromisso para a Nota de Encomenda n.º 17/00330 (U.R. n.º 16/C/00720, com cabimento), para o Lote 2 – DouroGás Natural – Mediação e Exploração de Sistemas de Gás. S.A.

(Aprovado por unanimidade)

ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR ANO LETIVO 2017/2018

Programa das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar para o Ano Letivo 2017/2018. Estas atividades pretendem adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica e complementares das atividades educativas.

Através das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), pretende-se ainda assegurar o acompanhamento das crianças antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades. A frequência destas atividades é comparticipada pelo estado e pelas famílias, de acordo com o posicionamento socioeconómico do agregado familiar. Este programa tem contribuído para dar resposta às crianças oriundas de famílias que se encontram em situação de precariedade económica, permitindo que estas

também tenham acesso às atividades oferecidas, com o objetivo de diminuir a exclusão social e promover a igualdade de oportunidades, favorecendo o sucesso educativo das crianças.

Para a implementação do programa de atividades aplica-se o previsto nas Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-escolar, constantes no Plano de Ação Social e Transportes Escolares, quanto às condições de acesso, funcionamento e comparticipação financeira (deliberado na 8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 19 de abril de 2017, publicado no *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9/2017*, de 2 de maio, página 9 e anexo), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/7036, de 2017.06.13.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal.

(Aprovado por unanimidade)

MINUTAS DOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E AS ENTIDADES PARCEIRAS DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA

Minutas dos Acordos de Colaboração e Cooperação, bipartidos e tripartidos, a celebrar entre o Município de Odivelas e as entidades parceiras das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar. Nas escolas durante o ano letivo de 2017/2018, de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2017/7036, de 2017.06.13, e nos termos das minutas constantes em anexo à informação.

“PROPOSTA DE MINUTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO

Considerando que:

1. A Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione a educação pré-escolar e define, entre outras, as regras a observar no seu funcionamento dos respetivos estabelecimentos, bem como na oferta das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF).

2. As AAAF se traduzem na oferta de atividades que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.

3. As AAAF são de oferta obrigatória pelos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública e são comparticipadas pela administração central e local e



pelas famílias de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.

4. As AAAF são implementadas, preferencialmente, pelos municípios no âmbito do protocolo de cooperação, de 28 de julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

5. As autarquias desempenham um papel fundamental na promoção de respostas em matéria de educação pré-escolar, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO) tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias, rentabilizando sinergias e recursos.

6. As AAAF são planificadas pelos órgãos competentes dos agrupamentos das escolas, tendo em conta as necessidades dos alunos e das famílias, articulando com os municípios da respetiva área a sua realização de acordo com o protocolo de cooperação acima referido.

Entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva com o número 504 293 125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por *PRIMEIRO OUTORGANTE*;

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS _____, com sede _____, Pessoa Coletiva n.º _____, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) Diretor(a) do Agrupamento, Professor(a) _____, adiante designado por *SEGUNDO OUTORGANTE*;

e,

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA _____ / IPSS _____, com sede _____, Pessoa Coletiva n.º _____, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) Presidente da Direção / Diretor(a), _____, adiante designado por *TERCEIRO OUTORGANTE*.

É de livre vontade e de boa-fé celebrado o presente Acordo Tripartido de Colaboração e Cooperação, que se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e, reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir.

Cláusula Primeira (Do Objeto)

1. Nos termos previstos pela Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, com o presente Acordo visa-se estabelecer uma parceria entre as Partes, cujo objetivo central é criar as condições necessárias à implementação e desenvolvimento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na educação pré-escolar, na(s) Escola(s) _____ durante o ano letivo 2017/2018.

Cláusula Segunda (Do Objeto)

1. Com as AAAF pretende-se adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica e complementares das atividades educativas.

2. Através das AAAF, pretende-se ainda assegurar o acompanhamento das crianças antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

Cláusula Terceira (Da Implementação, Organização e Funcionamento)

As partes que subscrevem o presente Acordo Tripartido de Colaboração e Cooperação comprometem-se a respeitar as “Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar”, que constam do ANEXO III do Plano de Ação Social e Transportes Escolares da CMO, vertidas para o ANEXO I deste Acordo e que dele fazem parte integrante.

Cláusula Quarta (Da Vigência)

Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos Outorgantes, o presente Acordo entra em vigor no dia 1 de setembro de 2017 mantendo-se a sua vigência até ao dia 31 de julho de 2018.

Cláusula Quinta (Disposições Finais)

1. No demais, este Acordo será regido pela legislação aplicável em vigor, devendo as Partes respeitar a regulamentação específica aplicável, emitida pelas Entidades Nacionais competentes em matéria de Educação.

2. Qualquer alteração relativa ao estipulado no presente Acordo que não verse sobre o Anexo I, será resolvida por acordo entre as Partes, não implicando uma alteração ao



clausulado a menos, que as Partes por acordo assim o entendam fazer.

O presente Acordo de Colaboração e Cooperação foi feito em três exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Odivelas, ____ de _____ de 2017

Pelo Primeiro Outorgante,

(Hugo Manuel dos Santos Martins)

Pelo Segundo Outorgante,

(_____)

Pelo Terceiro Outorgante,

(_____)"

“Anexo I do Acordo de Colaboração e Cooperação:

**NORMAS DE FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE
ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF) NA
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**

**CAPÍTULO I
Disposições Gerais**

**I
(Disposição Introdutória)**

1. A educação pré-escolar é considerada a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

2. As Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), na vertente prolongamento de horário, traduzem-se na oferta de atividades de animação e acompanhamento das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, antes e depois do período diário das atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.

3. As AAAF são comparticipadas pela administração central e local e pelas famílias, de acordo com as

condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.

4. Ao longo do tempo, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO), tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias, rentabilizando sinergias e recursos existentes na comunidade.

**II
(Do Objeto)**

As presentes normas regulam as condições de acesso, bem como o modelo de funcionamento das AAAF, nos estabelecimentos de educação pré-escolar.

**III
(Dos Objetivos)**

Com as AAAF pretende-se:

1. Adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente, garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica, complementares das atividades educativas.

2. Assegurar o acompanhamento das crianças, antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

**IV
(Dos Destinatários)**

São destinatários do serviço das AAAF as crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no 1º ano do 1º ciclo do ensino básico, que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Concelho de Odivelas.

**CAPÍTULO II
Implementação, Organização e Funcionamento**

**V
(Da Implementação)**

1. A Câmara Municipal de Odivelas constitui-se como entidade promotora do Programa das AAAF, nos termos estabelecidos no Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

2. A planificação das AAAF é da responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas.

3. Para implementação das AAAF, podem constituir-se como entidades gestoras do Programa, os Agrupamentos



de Escolas, as Associações de Pais e Encarregados de Educação, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

4. Nas situações em que os Agrupamentos de Escolas não se assumam como entidades gestoras, constituem-se obrigatoriamente como entidade parceira das entidades gestoras por si selecionadas.

5. As entidades gestoras poderão prestar diretamente o serviço de AAAF ou estabelecer parcerias com entidades terceiras, para esse fim.

6. As entidades gestoras responsabilizam-se, entre outros, pela implementação e desenvolvimento das AAAF, tendo em conta as necessidades das crianças e das famílias e a capacidade dos espaços escolares, em devida articulação com os órgãos competentes dos Agrupamentos de Escolas.

7. A Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade promotora do programa, comparticipa financeiramente a frequência das AAAF, leva a cabo o controlo financeiro da sua execução, e assume a monitorização e avaliação do Programa, em estreita colaboração com todos os parceiros envolvidos.

8. O pagamento relativo ao desenvolvimento do Programa das AAAF, apenas será considerado, após assinatura pelas partes, do Acordo de Colaboração Bipartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Agrupamento de Escolas) ou Tripartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Gestora).

VI

(Da Organização e Funcionamento)

1. A oferta das AAAF é de natureza obrigatória pelos estabelecimentos de educação Pré-escolar, mas de frequência facultativa por parte das crianças.

2. As AAAF funcionam num período máximo de 11 meses por ano, entre setembro e julho.

3. Sem prejuízo da normal duração das atividades educativas na educação pré-escolar, as AAAF desenvolvem-se, obrigatoriamente, até às 17h30, podendo a oferta de atividades ser extensível ao período que antecede e precede a realização das atividades educativas no jardim-de-infância.

4. A oferta das AAAF poderá organizar-se durante os períodos de atividades educativas, entre as 7h00/ 9h00 e as 15h30/ 19h30, e nas interrupções dessas atividades, entre as 7h00 e as 19h30.

5. Em caso de necessidade das crianças e das famílias, poderá haver adequação do horário estabelecido no ponto anterior.

6. O horário de funcionamento das AAAF deverá ser comunicado aos encarregados de educação no momento da matrícula ou de renovação da matrícula, devendo ainda ser confirmado no início das atividades educativas.

7. O refeitório escolar encontra-se em funcionamento durante o período da oferta de AAAF, havendo, neste caso, lugar à comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas.

8. A planificação das AAAF deverá ter por base as presentes Normas, ter em conta as necessidades das crianças e das famílias, e estar articulada com o Plano Anual de Atividades e com o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas.

9. As AAAF são planificadas tendo em conta os recursos físicos existentes nos diferentes estabelecimentos de educação e ensino, e decorrem, preferencialmente, em espaços concebidos para estas atividades, sem prejuízo do recurso a outros espaços escolares.

10. As AAAF deverão funcionar com grupos mínimos de 15 crianças, e com grupos máximos de 25 crianças.

11. A abertura, o fecho, a limpeza das instalações e a vigilância dos recreios, são da responsabilidade da entidade gestora das AAAF, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, quando estes não se apresentem como entidade gestora.

12. A entidade gestora ficará obrigada à correta utilização dos espaços escolares onde funcionem as AAAF, sendo responsável por garantir as condições de higiene e manutenção dos mesmos, assumindo a reposição ou reparação de qualquer material ou equipamento que se danifique, sempre que tal ocorra no decurso das atividades.

13. Compete à entidade gestora disponibilizar o material didático e de desgaste rápido, necessário à viabilização das atividades a desenvolver no âmbito das AAAF.

14. Compete aos educadores titulares de grupo assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das atividades de animação de apoio à família, tendo em vista garantir a qualidade pedagógica das atividades desenvolvidas.

15. A supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AAAF compreendem a programação das atividades, o acompanhamento das atividades através de reuniões com os respetivos dinamizadores, a avaliação da sua realização, e as reuniões com os encarregados de educação.



16. A monitorização e avaliação do Programa das AAAF são da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas, em estreita articulação com os Agrupamentos de Escolas, e com as entidades gestoras.

CAPÍTULO III

Comparticipação do Serviço e Inscrições

VII

(Dos Escalões de Apoio)

1. Os escalões de apoio são definidos de acordo com o posicionamento dos agregados familiares para efeitos de atribuição do abono de família:

- a. Escalão A – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 1.º escalão para efeitos de abono de família;
- b. Escalão B – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão para efeitos de abono de família;
- c. Escalão C – Crianças cujos agregados familiares se integrem nos restantes escalões para efeitos de atribuição de abono de família.

2. Para efeitos de atribuição do escalão de apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), bem como a outros alunos que, de acordo com a legislação própria, possam vir a estar incluídos, será considerado o posicionamento do agregado familiar no escalão de rendimento mais favorável.

3. Em caso de dúvida sobre o posicionamento dos agregados familiares nos escalões de rendimentos, cabe ao Agrupamento de Escolas desenvolver as diligências necessárias ao apuramento da condição socioeconómica das famílias, bem como prevenir e corrigir situações de usufruto indevido.

4. Os casos excecionais, e não previstos nestas Normas, deverão ser analisados individualmente no Agrupamento de Escolas, por referência ao enquadramento normativo em vigor, sujeitos a validação por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas.

VIII

(Da Participação Financeira)

1. A Câmara Municipal de Odivelas participa o custo da mensalidade das AAAF na educação pré-escolar, a todas as crianças que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do concelho, sendo os montantes correspondentes, transferidos para as entidades gestoras do Programa.

2. A Câmara Municipal de Odivelas participa a diferença entre o valor máximo de referência mensal que é de € 75,00 por criança, estabelecido pela Câmara Municipal para o custo do serviço, e o valor a pagar pelas crianças em função dos 3 escalões de apoio, definidos em

função do posicionamento do agregado familiar para efeitos de atribuição do abono de família.

3. Participação da família (por criança):

- a. Escalão A – participação de 0% do valor máximo de referência;
- b. Escalão B – participação de 35% do valor máximo de referência;
- c. Escalão C – participação de 75% do valor máximo de referência.

4. Participação da Câmara Municipal de Odivelas (por criança):

- a. Escalão A: participação de 100% do valor máximo de referência;
- b. Escalão B: participação de 65% do valor máximo de referência;
- c. Escalão C: participação de 25% do valor máximo de referência.

5. A Câmara Municipal de Odivelas procederá à transferência das verbas para as entidades gestoras, em três tranches, respetivamente em agosto, dezembro e março, tendo por base, a estimativa do número de crianças inscritas nas AAAF e o seu posicionamento nos respetivos escalões de apoio.

6. Sempre que o custo do serviço exceda o valor máximo de referência, definido pela Câmara Municipal de Odivelas, a diferença será integralmente suportada pelas famílias.

7. A entidade gestora efetuará a entrega da listagem das crianças inscritas, com os comprovativos dos valores da participação aos encarregados de educação nas AAAF, até ao final dos meses de janeiro, abril e agosto, a fim de se proceder a eventuais acertos e transferências subsequentes.

8. A entidade gestora deverá arquivar, em processo próprio, toda a documentação respeitante às AAAF, nomeadamente, comprovativos de frequência das crianças, posicionamento das crianças por escalões de apoio, dos pagamentos da família, e das respetivas participações.

IX

(Das Inscrições)

1. A Câmara Municipal de Odivelas disponibilizará os formulários de candidatura a todos os agrupamentos de escolas, a partir da data oficial de início das matrículas nos estabelecimentos de educação e ensino.



2. Os formulários de candidatura encontram-se igualmente disponíveis, no Site da Câmara Municipal de Odivelas, em www.cm-odivelas.pt.

3. Os agrupamentos de escolas responsabilizam-se por efetuar de forma atempada, a divulgação das condições de inscrição aos potenciais interessados, bem como, o resultado do processo de candidatura.

4. Os encarregados de educação que estejam interessados, em que os seus educandos frequentem as AAAF, deverão formalizar a sua inscrição, através do preenchimento e entrega dos Formulários de Candidatura, que deverão ser solicitados nos Serviços de Ação Social Escolar (SASE), dos Agrupamentos de Escolas ou nos Estabelecimentos de Educação que frequentam, a quem compete a instrução do processo de candidatura, tendo por base a análise da condição socioeconómica do agregado familiar das crianças, nomeadamente o posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para a atribuição do abono de família.

5. Os formulários de candidatura acompanhados dos respetivos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar (cópia do documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador dos vencimentos) constituem parte integrante do processo individual do aluno, pelo que deverão ficar arquivados no SASE, do Agrupamento de Escolas.

6. Após receção e validação das candidaturas pelo SASE, os Agrupamentos de Escolas enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, em suporte digital (através do e-mail: geral@cm-odivelas.pt), a listagem dos alunos, durante o mês de setembro.

7. A inscrição das crianças nas AAAF poderá ser solicitada no decorrer do ano letivo, sendo para tal obrigatório, que os encarregados de educação procedam à sua inscrição de acordo com as presentes normas.

8. Nas situações previstas no número anterior, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar, para efeitos de pagamento, a data em que a criança inicia a frequência das AAAF, e informar de imediato, a Câmara Municipal de Odivelas.

9. Nos casos de mudança do escalão de apoio, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar o mês da emissão do respetivo comprovativo da situação socioeconómica do agregado familiar, e comunicar as alterações de escalão à Câmara Municipal de Odivelas.

CAPÍTULO IV Disposições Finais

X (Situações Omissas)

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas.”

“PROPOSTA DE MINUTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO

Considerando que:

1. A Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione a educação pré-escolar e define, entre outras, as regras a observar no seu funcionamento dos respetivos estabelecimentos, bem como na oferta das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF).

2. As AAAF se traduzem na oferta de atividades que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.

3. As AAAF são de oferta obrigatória pelos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública e são comparticipadas pela administração central e local e pelas famílias de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.

4. As AAAF são implementadas, preferencialmente, pelos municípios no âmbito do protocolo de cooperação, de 28 de julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

5. As autarquias desempenham um papel fundamental na promoção de respostas em matéria de educação pré-escolar, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO) tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias, rentabilizando sinergias e recursos.

6. As AAAF são planificadas pelos órgãos competentes dos agrupamentos das escolas, tendo em conta as necessidades dos alunos e das famílias, articulando com os



municípios da respetiva área a sua realização de acordo com o protocolo de cooperação acima referido.

Entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva com o número 504 293 125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE;

e,

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS _____,
com sede _____,
Pessoa Coletiva n.º _____, neste ato
representado pelo(a) Senhor(a) Diretor(a) do
Agrupamento, _____ Professor(a)
_____ adiante designado por
SEGUNDO OUTORGANTE;

É de livre vontade e de boa-fé celebrado o presente Acordo Bipartido de Colaboração e Cooperação, que se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e, reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir.

Cláusula Primeira
(Do Objeto)

1. Nos termos previstos pela Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, com o presente Acordo visa-se estabelecer uma parceria entre as Partes, cujo objetivo central é criar as condições necessárias à implementação e desenvolvimento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na educação pré-escolar, na(s) Escola(s) _____ durante o ano letivo 2017/2018.

Cláusula Segunda
(Do Objetivo)

1. Com as AAAF pretende-se adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica e complementares das atividades educativas.

2. Através das AAAF, pretende-se ainda assegurar o acompanhamento das crianças antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

Cláusula Terceira
(Da Implementação, Organização e Funcionamento)

As partes que subscrevem o presente Acordo bipartido de Colaboração e Cooperação comprometem-se a respeitar

as “Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar”, que constam do ANEXO III do Plano de Ação Social e Transportes Escolares da CMO, vertidas para o ANEXO I deste Acordo e que dele fazem parte integrante.

Cláusula Quarta
(Da Vigência)

Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos Outorgantes, o presente Acordo entra em vigor no dia 1 de setembro de 2017 mantendo-se a sua vigência até ao dia 31 de julho de 2018.

Cláusula Quinta
(Disposições Finais)

1. No demais, este Acordo será regido pela legislação aplicável em vigor, devendo as Partes respeitar a regulamentação específica aplicável, emitida pelas Entidades Nacionais competentes em matéria de Educação.

2. Qualquer alteração relativa ao estipulado no presente Acordo que não verse sobre o Anexo I, será resolvida por acordo entre as Partes, não implicando uma alteração ao clausulado a menos, que as Partes por acordo assim o entendam fazer.

O presente Acordo de Colaboração e Cooperação foi feito em dois exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Odivelas, ____ de _____ de 2017

Pelo Primeiro Outorgante,

(Hugo Manuel dos Santos Martins)

Pelo Segundo Outorgante,

(_____)

“Anexo I do Acordo de Colaboração e Cooperação:



NORMAS DE FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF) NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

I
(Disposição Introdutória)

1. A educação pré-escolar é considerada a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

2. As Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), na vertente prolongamento de horário, traduzem-se na oferta de atividades de animação e acompanhamento das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, antes e depois do período diário das atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.

3. As AAAF são participadas pela administração central e local e pelas famílias, de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.

4. Ao longo do tempo, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO), tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias, rentabilizando sinergias e recursos existentes na comunidade.

II
(Do Objeto)

As presentes normas regulam as condições de acesso, bem como o modelo de funcionamento das AAAF, nos estabelecimentos de educação pré-escolar.

III
(Dos Objetivos)

Com as AAAF pretende-se:

1. Adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente, garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica, complementares das atividades educativas.

2. Assegurar o acompanhamento das crianças, antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

IV
(Dos Destinatários)

São destinatários do serviço das AAAF as crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no 1º ano do 1º ciclo do ensino básico, que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Concelho de Odivelas.

CAPÍTULO II
Implementação, Organização e Funcionamento

V
(Da Implementação)

1. A Câmara Municipal de Odivelas constitui-se como entidade promotora do Programa das AAAF, nos termos estabelecidos no Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

2. A planificação das AAAF é da responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas.

3. Para implementação das AAAF, podem constituir-se como entidades gestoras do Programa, os Agrupamentos de Escolas, as Associações de Pais e Encarregados de Educação, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

4. Nas situações em que os Agrupamentos de Escolas não se assumam como entidades gestoras, constituem-se obrigatoriamente como entidade parceira das entidades gestoras por si selecionadas.

5. As entidades gestoras poderão prestar diretamente o serviço de AAAF ou estabelecer parcerias com entidades terceiras, para esse fim.

6. As entidades gestoras responsabilizam-se, entre outros, pela implementação e desenvolvimento das AAAF, tendo em conta as necessidades das crianças e das famílias e a capacidade dos espaços escolares, em devida articulação com os órgãos competentes dos Agrupamentos de Escolas.

7. A Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade promotora do programa, participa financeiramente a frequência das AAAF, leva a cabo o controlo financeiro da sua execução, e assume a monitorização e avaliação do Programa, em estreita colaboração com todos os parceiros envolvidos.

8. O pagamento relativo ao desenvolvimento do Programa das AAAF, apenas será considerado, após



assinatura pelas partes, do Acordo de Colaboração Bipartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Agrupamento de Escolas) ou Tripartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Gestora).

VI

(Da Organização e Funcionamento)

1. A oferta das AAAF é de natureza obrigatória pelos estabelecimentos de educação Pré-escolar, mas de frequência facultativa por parte das crianças.

2. As AAAF funcionam num período máximo de 11 meses por ano, entre setembro e julho.

3. Sem prejuízo da normal duração das atividades educativas na educação pré-escolar, as AAAF desenvolvem-se, obrigatoriamente, até às 17h30, podendo a oferta de atividades ser extensível ao período que antecede e precede a realização das atividades educativas no jardim-de-infância.

4. A oferta das AAAF poderá organizar-se durante os períodos de atividades educativas, entre as 7h00/ 9h00 e as 15h30/ 19h30, e nas interrupções dessas atividades, entre as 7h00 e as 19h30.

5. Em caso de necessidade das crianças e das famílias, poderá haver adequação do horário estabelecido no ponto anterior.

6. O horário de funcionamento das AAAF deverá ser comunicado aos encarregados de educação no momento da matrícula ou de renovação da matrícula, devendo ainda ser confirmado no início das atividades educativas.

7. O refeitório escolar encontra-se em funcionamento durante o período da oferta de AAAF, havendo, neste caso, lugar à participação da Câmara Municipal de Odivelas.

8. A planificação das AAAF deverá ter por base as presentes Normas, ter em conta as necessidades das crianças e das famílias, e estar articulada com o Plano Anual de Atividades e com o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas.

9. As AAAF são planificadas tendo em conta os recursos físicos existentes nos diferentes estabelecimentos de educação e ensino, e decorrem, preferencialmente, em espaços concebidos para estas atividades, sem prejuízo do recurso a outros espaços escolares.

10. As AAAF deverão funcionar com grupos mínimos de 15 crianças, e com grupos máximos de 25 crianças.

11. A abertura, o fecho, a limpeza das instalações e a vigilância dos recreios, são da responsabilidade da

entidade gestora das AAAF, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, quando estes não se apresentem como entidade gestora.

12. A entidade gestora ficará obrigada à correta utilização dos espaços escolares onde funcionem as AAAF, sendo responsável por garantir as condições de higiene e manutenção dos mesmos, assumindo a reposição ou reparação de qualquer material ou equipamento que se danifique, sempre que tal ocorra no decurso das atividades.

13. Compete à entidade gestora disponibilizar o material didático e de desgaste rápido, necessário à viabilização das atividades a desenvolver no âmbito das AAAF.

14. Compete aos educadores titulares de grupo assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das atividades de animação de apoio à família, tendo em vista garantir a qualidade pedagógica das atividades desenvolvidas.

15. A supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AAAF compreendem a programação das atividades, o acompanhamento das atividades através de reuniões com os respetivos dinamizadores, a avaliação da sua realização, e as reuniões com os encarregados de educação.

16. A monitorização e avaliação do Programa das AAAF são da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas, em estreita articulação com os Agrupamentos de Escolas, e com as entidades gestoras.

CAPÍTULO III

Comparticipação do Serviço e Inscrições

VII

(Dos Escalões de Apoio)

1. Os escalões de apoio são definidos de acordo com o posicionamento dos agregados familiares para efeitos de atribuição do abono de família:

a. Escalão A – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 1.º escalão para efeitos de abono de família;

b. Escalão B – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão para efeitos de abono de família;

c. Escalão C – Crianças cujos agregados familiares se integrem nos restantes escalões para efeitos de atribuição de abono de família.

2. Para efeitos de atribuição do escalão de apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), bem como a outros alunos que, de acordo com a legislação própria, possam vir a estar incluídos, será



considerado o posicionamento do agregado familiar no escalão de rendimento mais favorável.

3. Em caso de dúvida sobre o posicionamento dos agregados familiares nos escalões de rendimentos, cabe ao Agrupamento de Escolas desenvolver as diligências necessárias ao apuramento da condição socioeconómica das famílias, bem como prevenir e corrigir situações de usufruto indevido.

4. Os casos excecionais, e não previstos nestas Normas, deverão ser analisados individualmente no Agrupamento de Escolas, por referência ao enquadramento normativo em vigor, sujeitos a validação por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas.

VIII

(Da Participação Financeira)

1. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa o custo da mensalidade das AAAF na educação pré-escolar, a todas as crianças que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do concelho, sendo os montantes correspondentes, transferidos para as entidades gestoras do Programa.

2. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa a diferença entre o valor máximo de referência mensal que é de € 75,00 por criança, estabelecido pela Câmara Municipal para o custo do serviço, e o valor a pagar pelas crianças em função dos 3 escalões de apoio, definidos em função do posicionamento do agregado familiar para efeitos de atribuição do abono de família.

3. Participação da família (por criança):

a. Escalão A – participação de 0% do valor máximo de referência;

b. Escalão B – participação de 35% do valor máximo de referência;

c. Escalão C – participação de 75% do valor máximo de referência.

4. Participação da Câmara Municipal de Odivelas (por criança):

a. Escalão A: participação de 100% do valor máximo de referência;

b. Escalão B: participação de 65% do valor máximo de referência;

c. Escalão C: participação de 25% do valor máximo de referência.

5. A Câmara Municipal de Odivelas procederá à transferência das verbas para as entidades gestoras, em

três tranches, respetivamente em agosto, dezembro e março, tendo por base, a estimativa do número de crianças inscritas nas AAAF e o seu posicionamento nos respetivos escalões de apoio.

6. Sempre que o custo do serviço exceda o valor máximo de referência, definido pela Câmara Municipal de Odivelas, a diferença será integralmente suportada pelas famílias.

7. A entidade gestora efetuará a entrega da listagem das crianças inscritas, com os comprovativos dos valores da comparticipação aos encarregados de educação nas AAAF, até ao final dos meses de janeiro, abril e agosto, a fim de se proceder a eventuais acertos e transferências subsequentes.

8. A entidade gestora deverá arquivar, em processo próprio, toda a documentação respeitante às AAAF, nomeadamente, comprovativos de frequência das crianças, posicionamento das crianças por escalões de apoio, dos pagamentos das famílias, e das respetivas participações.

IX

(Das Inscrições)

1. A Câmara Municipal de Odivelas disponibilizará os formulários de candidatura a todos os agrupamentos de escolas, a partir da data oficial de início das matrículas nos estabelecimentos de educação e ensino.

2. Os formulários de candidatura encontram-se igualmente disponíveis, no Site da Câmara Municipal de Odivelas, em www.cm-odivelas.pt.

3. Os agrupamentos de escolas responsabilizam-se por efetuar de forma atempada, a divulgação das condições de inscrição aos potenciais interessados, bem como, o resultado do processo de candidatura.

4. Os encarregados de educação que estejam interessados, em que os seus educandos frequentem as AAAF, deverão formalizar a sua inscrição, através do preenchimento e entrega dos Formulários de Candidatura, que deverão ser solicitados nos Serviços de Ação Social Escolar (SASE), dos Agrupamentos de Escolas ou nos Estabelecimentos de Educação que frequentam, a quem compete a instrução do processo de candidatura, tendo por base a análise da condição socioeconómica do agregado familiar das crianças, nomeadamente o posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para a atribuição do abono de família.

5. Os formulários de candidatura acompanhados dos respetivos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar (cópia do documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo



serviço processador dos vencimentos) constituem parte integrante do processo individual do aluno, pelo que deverão ficar arquivados no SASE, do Agrupamento de Escolas.

6. Após receção e validação das candidaturas pelo SASE, os Agrupamentos de Escolas enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, em suporte digital (através do e-mail: geral@cm-odivelas.pt), a listagem dos alunos, durante o mês de setembro.

7. A inscrição das crianças nas AAAF poderá ser solicitada no decorrer do ano letivo, sendo para tal obrigatório, que os encarregados de educação procedam à sua inscrição de acordo com as presentes normas.

8. Nas situações previstas no número anterior, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar, para efeitos de pagamento, a data em que a criança inicia a frequência das AAAF, e informar de imediato, a Câmara Municipal de Odivelas.

9. Nos casos de mudança do escalão de apoio, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar o mês da emissão do respetivo comprovativo da situação socioeconómica do agregado familiar, e comunicar as alterações de escalão à Câmara Municipal de Odivelas.

CAPÍTULO IV Disposições Finais

X (Situações Omissas)

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas.”

(Aprovado por unanimidade)

PROGRAMA DO URBANO AO RURAL

PROGRAMA “DO URBANO AO RURAL” CONTINUIDADE NO ANO LETIVO 2017/2018

Continuidade do Programa “Do Urbano ao Rural” no ano letivo 2017/2018. O Programa “Do Urbano ao Rural” (PUR) consiste num serviço gratuito de visitas de estudo às instalações da Escola Profissional Agrícola D. Dinis – Paiã (EPADD), destinadas à população escolar. Este programa resulta de uma parceria entre a referida Escola e a Câmara Municipal de Odivelas, em vigor desde o ano 2000.

O PUR proporciona aos alunos do ensino pré-escolar e do ensino básico, um dia diferente em contacto com o mundo rural, sensibilizando-os para a valorização e preservação da natureza e do meio ambiente, dado que estes jovens são na maioria das vezes pertencentes a famílias citadinas, que têm cada vez menos contacto com esta realidade. De acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2017/7354, de 2017.06.21, nos termos e conforme consta da informação.

“(…)

1. Projetos

a) “A Escola vai à Quinta”

Este projeto, através da realização de visitas de estudo, tem por objetivo:

- Proporcionar o contacto direto com uma realidade rural;
- Facilitar a aquisição de conhecimentos necessários à compreensão das relações do Homem com o seu meio;
- Desenvolver nos alunos o interesse pela natureza e preservação do meio ambiente.

Para além da visita de estudo propriamente dita, o projeto dispõe ainda de atividades que a complementam, tais como, passeios de pónei/cavalo, oficinas tecnológicas, visitas ao Centro de Recolha Animal do Concelho de Odivelas (Parque dos Bichos), Coleção Visitável da EPADD, ateliês com materiais reciclados entre outros.

b) “Um Dia na Quinta”

No âmbito desta iniciativa, é permitido aos munícipes e comunidade em geral, usufruir de um conjunto de atividades de lazer, contextualizadas com a sensibilização para temáticas do rural e do ambiente em geral. De acordo com o grau de satisfação manifestado pelos participantes, aquando da realização destas atividades, considera-se uma mais valia dar continuidade ao projeto nas pausas letivas do Natal, Páscoa e Verão, para grupos com o número máximo de 20 participantes.

2. Recursos Materiais e Financeiros

A presente proposta de continuidade do PUR pressupõe a afetação dos seguintes recursos materiais, logísticos e financeiros:

a) Transporte Municipal

Para efeitos de operacionalização das visitas de estudo ao PUR, propõe-se a afetação e reserva de transporte municipal durante o período letivo para a deslocação dos alunos e respetivos acompanhantes, provenientes de estabelecimentos educativos da rede pública do Concelho.



No período compreendido entre 10 de outubro de 2017 a 29 de junho de 2018 prevê-se a realização de 150 visitas, de acordo com o calendário letivo e os dias da semana definidos para a realização das visitas (5 visitas por semana), conforme mapa infra. No que respeita às visitas de estudo solicitadas por estabelecimentos educativos das redes solidária e privada do Concelho de Odivelas e estabelecimentos educativos das redes pública, solidária e privada, situados fora da área geográfica do Concelho, o transporte ficará a cargo dos respetivos estabelecimentos educativos.

Calendário das visitas de estudo

Dia	Período	Estabelecimento Educativo
3ª Feira	Manhã	Rede pública do Concelho de Odivelas
3ª Feira	Tarde	Rede pública do Concelho de Odivelas
4ª Feira	Manhã	Rede pública do Concelho de Odivelas
5ª Feira	Manhã	Rede pública do Concelho de Odivelas
5ª Feira	Tarde	Rede pública do Concelho de Odivelas
6ª Feira	Manhã	Rede privada do Concelho de Odivelas e rede pública e privada fora do Concelho de Odivelas

(...)

c) Seguro dos visitantes

Com o objetivo de viabilizar a iniciativa “Um Dia na Quinta”, propõe-se a inclusão no seguro global da Câmara Municipal de Odivelas de um seguro de acidentes pessoais para todos os visitantes, com cobertura de tratamento e hospitalização no valor de € 2.500,00 e, com cobertura de morte ou invalidez no valor de € 15.000,00. Estima-se um total previsto de 180 visitantes.

d) Divulgação/Consumíveis/Material Didático

Para o próximo ano letivo propõe-se um investimento de cerca de € 500,00 (Quinhentos euros) para a aquisição de consumíveis e materiais didáticos de apoio às visitas de estudo.

Face ao exposto, a proposta do PUR para o ano letivo 2017/2018, engloba os dois projetos apresentados: “A Escola vai à Quinta” e “Um Dia na Quinta”. O custo global estimado para a execução anual do Programa situa-se na ordem dos € 4.328,36 (Quatro mil trezentos e vinte oito euros e trinta e seis centimos). (...)” (Informação n.º Interno/2017/7354 de 2017.06.21)

(Aprovado por unanimidade)

**ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ESCOLA
PROFISSIONAL AGRÍCOLA D. DINIS DA PAIÃ**

Atribuição de subsídio à Escola Profissional Agrícola D. Dinis da Paiã no valor de € 3.828,36 (três mil oitocentos e vinte e oito euros e trinta e seis centimos) de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2017/7354, de 2017.06.21.

“(…)

b) Protocolo de Cooperação e Colaboração no âmbito do PUR

De acordo com o estipulado na Cláusula Terceira do Protocolo de Cooperação e Colaboração, celebrado entre o Município de Odivelas e a EPADD, no âmbito do PUR (anexo 1), está prevista a atribuição de uma comparticipação financeira anual, no montante de €3.773,95 (três mil setecentos e setenta e três euros e noventa e cinco centimos), valor que é atualizado, de acordo com o Índice de Preços no Consumidor. Considerando os dados do Instituto Nacional de Estatística para maio de 2017 (anexo 2), o índice situa-se nos 1,0144%, representando uma atualização do valor do subsídio em mais € 54,41 (cinquenta e quatro euros e quarenta e um centimos).

Assim sendo, propõe-se que o subsídio a atribuir à Escola Profissional Agrícola D. Dinis-Paiã seja no valor de €3.828,36 (Três mil oitocentos e vinte e oito euros e trinta e seis centimos). (...)” (Informação n.º Interno/2017/7354 de 2017.06.21)

(Aprovado por unanimidade)

REEMBOLSO

**REEMBOLSO À JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE
RAMADA E CANEÇAS**

Reembolso à Junta da União de Freguesias de Ramada e Caneças do valor de €356,70 (trezentos e cinquenta e seis euros e setenta centimos) despendido na remoção de palmeira e reconstrução de pavimento na Rua Maria Matos na Ramada, de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2017/6763, de 2017.06.08.

(Aprovado por unanimidade)



SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

DIA MUNDIAL DO AMBIENTE PATROCÍNIOS

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, exarado na informação n.º Interno/2017/7301, de 2017.06.20, a autorizar a aceitação de patrocínios, no âmbito da comemoração do Dia Mundial do Ambiente 2017, durante os dias 3 a 11 de junho, nos seguintes termos, de acordo com o proposto na referida informação.

“2. Aceitação de Patrocínios

(...)

Obtiveram-se os seguintes patrocínios, conforme declarações que se anexam:

- Ferrovia

150 Lápis - 67,65€

150 blocos de notas A6 – 184,50€

Total c/ IVA: 252,15€

- OAPM

Insuflável Spider Park – 151,05€

Insuflável Mickey Park – 160,55€

Total c/ IVA: 311,60€

- Decathlon

300 Barritas cobertas

Total c/ IVA: 150,00€

- Anticimex

Porta Chaves - 67,65€

Fita Lanyard – 79,95€

Total c/ IVA: 147,60€

- Simopeças

Árvores para Plantar

Total c/ IVA: 300,00€

- Mini Preço – Chapim Supermercados

120 garrafas de águas de 0,33cl

Total c/ IVA: 12,00€

- Informantem

300 Bonés de criança

Total c/ IVA: 295,20€

- EGEO

105 Grow Bags

Total c/ IVA: 839,48€

- Biosarg

Sabonetes Artesanais

Total c/ IVA: 1.200,00€

- Ambigroup

Canetas – 75,20€

Agendas – 325,00€

Total c/ IVA: 400,20€

- Mosaico

Lona utilizada na Eco Caminhada

Total c/ IVA: 246,00€

Foram ainda atribuídos os seguintes patrocínios, cujas empresas não emitem declarações comprovativas da importância monetária respetiva, pelo que se apresenta um valor de patrocínio estimado:

- Coelho e Pereira

300 pacotes semetes

Valor total aproximado c/ IVA: 300,00€

- Continente Bom Dia Odivelas

300 águas – 36,00€

300 peças de frutas – 70,00€

Valor total aproximado c/ IVA: 106,00€

- Delta Cafés

Biscoitos canela

Pacotes de cacau

Valor total aproximado c/ IVA: 100,00€

- LIDL

336 águas – 33,60€

240 barritas de cereais – 50,00€

168 paezinhos com pepitas – 70,50

Valor total aproximado c/ IVA: 154,10€

Os patrocínios somaram o valor total de 4.814,33€ (quatro mil oitocentos e catorze euros e trinta e três cêntimos).

Considerando a disponibilidade das empresas mencionadas em colaborar nas comemorações em apreço, doando os produtos referidos anteriormente, foram inseridos os seus logótipos nos materiais de divulgação do evento.”

(Aprovado por unanimidade)



PROCESSOS PARTICULARES

**ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 03/2011
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
REDUÇÃO DE CAUÇÃO
PROCESSO N.º 8971/LO**

Redução da caução prestada para garantia da adequada execução das obras de urbanização relativas ao alvará de licença de loteamento n.º 03/2011, na Rua Aurélio Pais dos Reis, na Ramada, emitido em nome de José Baltazar e Filhos, Lda., reduzindo-se o valor da garantia bancária n.º 00125-02-1910755 emitida pelo Banco Millennium BCP, no valor de € 295.585,83 (duzentos e noventa e cinco mil quinhentos e oitenta e cinco euros e oitenta e três cêntimos) para o valor de € 140.873,97 (cento e quarenta mil oitocentos e setenta e três euros e noventa e sete cêntimos), de acordo com o proposto na informação n.º 38/APV/2017, de 09-06-2017.

(Aprovado por maioria)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO DOS QUATRO, LOTE 471
ALVARÁ N.º 4/2011/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 471, da Rua Columbano Bordalo Pinheiro, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução, n.º 10356 de 2017.05.29 do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de €3.192,08 (três mil, cento e noventa e dois euros e oito cêntimos), em nome de Olga Filomena Guedes Raimundo, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011/DRU, de 13 de setembro, nos termos da informação técnica n.º 72/RO/DRRU/DGOU/17, de 2017.06.07, e de acordo com o proposto na informação n.º 45.2017, de 2017.06.12.

(Aprovado por unanimidade)

**EXECUÇÃO E LIGAÇÃO DE RAMAL DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA COM INSTALAÇÃO DE CONTADOR NA RUA D. MANUEL I
LOTE N.º 402, BAIRRO SERRA DA LUZ NA PONTINHA**

Emissão de parecer favorável, ao pedido apresentado por Agostinho Mendes Gouveia Dias, para a execução e ligação de ramal de água com instalação de um contador, na moradia unifamiliar sita na Rua D. Manuel I, Lote n.º 402, no Bairro Serra da Luz, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, para habitação própria e permanente do proprietário, ao abrigo do n.º 5 do artigo 98.º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização a

título precário e por razões de salubridade pública, não constituindo esta autorização quaisquer direitos adquiridos para efeitos da legalização de qualquer construção no terreno, nem para a continuação da ligação no caso de corte à referida infraestrutura por deliberação da Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com o proposto na informação Edoc/2017/30398, de 16.06.2017.

(Aprovado por unanimidade)



UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 24/PRES/2017

Assunto: Constituição de Grupo de Trabalho para acompanhar a negociação do Acordo Colectivo de Empregador Público – ACEP, entre as Associações Sindicais e o Município de Odivelas

A apresentação de propostas de ACEP determina o início do processo de negociação, nos termos do disposto no Artigo 359º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Considerando que já se verificou a apresentação de propostas de ACEP por parte de organizações sindicais representativas dos trabalhadores da CMO, compete agora a esta edilidade assumir a sua posição relativamente às matérias que são abordadas, desenvolvendo esforços no sentido de ser alcançado um ACEP que abarque o máximo número de trabalhadores, promovendo a igualdade de condições de trabalho entre os mesmos.

Neste contexto, determino a constituição de um grupo de trabalho que irá acompanhar toda a negociação, constituído pelos seguintes elementos:

- Gabinete da Presidência – Irene Duarte, Assessora Jurídica
- Gabinete Presidência – Isabel Vinagreiro, Técnica Superior
- DJGFP – Dr. João Serrano, Diretor
- DJGFP/DRHF – Cristina Mira, Chefe da Divisão
- DJGFP/DRHF – Piedade Lopes, Técnica Superior
- DJGFP/DRHF – Verónica Correia, Técnica Superior
- DJGFP/DFA – Sandra Horta, Técnica Superior

O presente Grupo de Trabalho será coordenado pelo Sr. Diretor do DJGFP, Dr. João Serrano, sendo substituído nas suas ausências e impedimentos pela Sra. Dra. Irene Duarte.

Odivelas, 26 de junho de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 25/PRES/2017

Assunto: Alteração ao Despacho N.º 124/PRES/2015, de 16 de novembro, relativo à constituição de Grupo de Trabalho para a Caracterização Acústica do Concelho de Odivelas - Elaboração de Mapa Estratégico de Ruído e Plano de Ação

Considerando ter havido algumas modificações ao nível da distribuição de tarefas da Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos/Setor de Planeamento, Controle e Programação de Mobilidade, verifica-se a necessidade de proceder à substituição de um elemento do Grupo de Trabalho constituído, através do Despacho n.º 124/PRES/2015, para a Caracterização Acústica do Concelho de Odivelas – Elaboração de Mapa Estratégico de Ruído e Plano de Ação.

Neste contexto, determino que Helga Soraya Luís da Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos/Setor de Planeamento, Controle e Programação de Mobilidade e Setor de Sinalização e Trânsito seja substituída por Pedro Mesquita da Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos/Setor de Planeamento, Controle e Programação de Mobilidade.

Odivelas, 05 de julho de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Isabel Cosme Gomes, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 111/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de junho de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/7940, de 2017.06.30:

Setor de Intervenção na Habitação Social (SIHS)

EDOC/2016/53869
Interno/2017/5012 de 2017/05/08
Assunto: Regularização renda – Armado Rocha Pinto – Rua Dr. Fernando Valle, n.º 2 – 3º Esq. - Odivelas
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e à fundamentação exposta.
Oficie-se nos termos propostos o acordo de regularização de dívida de rendas em atraso e comunique-se ao DJGFP/DFA.
Solicita-se o melhor acompanhamento para esta situação no que concerne ao cumprimento do plano de regularização aprovado.”
Data da decisão: 2017/06/19

Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2015/4432
Interno/2017/7324 de 2017/06/20
Assunto: Proposta de extinção de dívida de renda de ex-inquilino – Vagas Afonso – Locado: Praceta Olival do Pancas, lote 57, 1º B, em Pontinha
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o informado e proposto, considerando a fundamentação apresentada. À consideração do Sr. Presidente da CMO, a proposta de extinção da dívida do ex-arrendatário Viegas Afonso, no valor de 102,78€, fundamentada na invocação do interesse público (prevê-se que os encargos a suportar resultantes de custas judiciais e honorários do agente de execução sejam superiores ao montante reivindicado), e ainda na improbabilidade de cobrança da dívida.”
Data da decisão: 2017/06/30

EDOC/2016/55805
Interno/2017/6028 de 2017/05/29
Assunto: Atualização da renda e Acordo de regularização de dívida – Nome: Anabela Silva Monte – Morada: Rua Dr. Elysio Moura, n.º 4 – 3º Esq. - Odivelas
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, nos termos do informado e proposto. Oficie-se a arrendatária. Solicita-se o melhor acompanhamento para esta situação no que concerne ao pagamento atempado da renda.”
Data da decisão: 2017/06/14

EDOC/2017/9069
Interno/2017/7589 de 2017/06/26
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 5, Rua Maria Guilhermina Ascenso, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 720,00€ (setecentos e vinte euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 10, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/30

EDOC/2017/21513
Interno/2017/5384 de 2017/05/17
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 13, Rua Aura Abranches, Ramada - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 410,00€ (quatrocentos e dez euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 5, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/22270
Interno/2017/5928 de 2017/05/30
Assunto: Atualização de renda – Nome: José Alves Cardoso – Morada: Rua Pero Vaz de Caminha, n.º 6 – 1º B - Pontinha
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado.
Oficie-se nos termos propostos e comunique-se o valor da renda ao DJGFP/DFA. Proceda-se à exclusão do PER de Ana Eloisa Mendes Pereira Tavares, Ana Lúcia Mendes Pereira Tavares, Adelino Jorge Mendes Pereira Tavares e Neusa Marisa Pereira Cardoso, em virtude de terem declarado possuir alternativa habitacional. À Divisão de Habitação para tramitação subsequente.”
Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/24361
Interno/2017/5071 de 2017/05/09
Assunto: Contrato de arrendamento apoiado a celebrar com Natália de Jesus de Oliveira das Neves – Rua Domingos António de Carvalho, n.º 4 – 3º Dtº, em Famões
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Segue contrato de arrendamento assinado. À Divisão de Habitação, para tramitação subsequente.”
Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/24790
Interno/2017/4706 de 2017/05/02
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 9, Largo António Aleixo, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 302,52€ (trezentos e dois euros e cinquenta e dois cêntimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação



do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/25976

Interno/2017/4806 de 2017/05/03

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 1, Praceta Grão Vasco, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 81,68€ (oitenta e um euros e sessenta e oito cêntimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26176

Interno/2017/4859 de 2017/05/04

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 2, Rua Domingos António de Carvalho, Famões - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 396,00€ (trezentos e noventa e seis euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26197

Interno/2017/4862 de 2017/05/04

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 6, Rua Domingos António de Carvalho, Famões - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 480,00€ (quatrocentos e oitenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26212

Interno/2017/4864 de 2017/05/04

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 13, Rua José António de Carvalho, Famões - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 576,00€ (quinhentos e setenta e seis euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26228

Interno/2017/4868 de 2017/05/04

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Rua Rainha Santa Isabel, Famões - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 264,00€ (duzentos e sessenta e quatro euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26254

Interno/2017/4870 de 2017/05/04

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 13, Praceta 1º Dezembro, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 210,00€ (duzentos e dez euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26323

Interno/2017/4877 de 2017/05/04

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 13, Rua Alves Redol, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 145,88€ (cento e quarenta e cinco euros e oitenta e oito cêntimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26352

Interno/2017/4881 de 2017/05/04

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 10, Rua Aquilino Ribeiro, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 240,00€ (duzentos e quarenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26399

Interno/2017/4889 de 2017/05/04

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Rua Helena Aragão, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 636,00€



(seiscentos e trinta e seis euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26419
Interno/2017/4892 de 2017/05/04
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 4, Rua Helena Aragão, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 756,00 € (setecentos e cinquenta e seis euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26438
Interno/2017/4895 de 2017/05/04
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 5, Rua Helena Aragão, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 192,00€ (cento e noventa e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26450
Interno/2017/4900 de 2017/05/04
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 1, Rua Helena Aragão, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 192,00€ (cento e noventa e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26462
Interno/2017/4904 de 2017/05/04
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 2, Rua Helena Aragão, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 786,00€ (setecentos e oitenta e seis euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da

LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/26485
Interno/2017/4911 de 2017/05/05
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 13, Rua Pedro Álvares Cabral, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 180,00€ (cento e oitenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26498
Interno/2017/4915 de 2017/05/05
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Rua Paiva Couceiro, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 240,00€ (duzentos e quarenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26528
Interno/2017/4917 de 2017/05/05
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 79, Av. D. Dinis, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 204,00€ (duzentos e quatro euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26554
Interno/2017/4926 de 2017/05/05
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 46, Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 300,00€ (trezentos euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/06



EDOC/2017/26586

Interno/2017/4934 de 2017/05/05

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 48, Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 1.040,00€ (mil e quarenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26630

Interno/2017/4939 de 2017/05/05

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 52, Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 120,00€ (cento e vinte euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/26646

Interno/2017/4942 de 2017/05/05

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 54, Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 875,00€ (oitocentos e setenta e cinco euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/26676

Interno/2017/4948 de 2017/05/05

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 6, Rua Bordalo Pinheiro, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 192,00€ (cento e noventa e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/26691

Interno/2017/4953 de 2017/05/05

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 8, Rua Bordalo Pinheiro, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 528,00€

(quinhentos e vinte e oito euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26727

Interno/2017/4957 de 2017/05/05

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 1, Rua Carlos Reis, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 474,00€ (quatrocentos e setenta e quatro euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26793

Interno/2017/4977 de 2017/05/08

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 7, Rua José Régio, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 528,00€ (quinhentos e vinte e oito euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/26816

Interno/2017/4982 de 2017/05/08

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 11, Rua José Régio, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 360,00€ (trezentos e sessenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26698

Interno/2017/4955 de 2017/05/05

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 12, Rua Bordalo Pinheiro, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 396,00€ (trezentos e noventa e seis euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da



LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26753

Interno/2017/4959 de 2017/05/05

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 4, Rua Carlos Reis, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 720,00€ (setecentos e vinte euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26802

Interno/2017/4978 de 2017/05/08

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 9, Rua José Régio, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 528,00€ (quinhentos e vinte e oito euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26830

Interno/2017/4983 de 2017/05/08

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 13, Rua José Régio, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 192,00€ (cento e noventa e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/26884

Interno/2017/4999 de 2017/05/08

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 11, Rua Cristóvão da Gama, Pontinha - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 302,40€ (trezentos e dois euros e quarenta centimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/26867

Interno/2017/4995 de 2017/05/08

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Rua Cristóvão da Gama, Pontinha - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 365,52€ (trezentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e dois centimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/26945

Interno/2017/5001 de 2017/05/08

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 6, Rua Heróis de Mucaba, Pontinha - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 195,60€ (cento e noventa e cinco euros e sessenta centimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/27077

Interno/2017/5021 de 2017/05/08

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 6, Rua Aquilino Ribeiro, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 216,00€ (duzentos e dezasseis euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/27143

Interno/2017/4988 de 2017/05/08

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 2, Rua Ilha do Faial, Pontinha - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 240,02€ (duzentos e quarenta euros e dois centimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27164

Interno/2017/5029 de 2017/05/09

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 15, Rua Dr. João Santos, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 300,00€



(trezentos euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27177

Interno/2017/5036 de 2017/05/09

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 13, Rua Combatentes do Ultramar, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 200,00€ (duzentos euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27199

Interno/2017/5040 de 2017/05/09

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 11 (Lote I), Rua Combatentes 9 de Abril, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 180,00€ (cento e oitenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27259

Interno/2017/5051 de 2017/05/09

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Praceta dos Marinheiros, Pontinha - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 314,16€ (trezentos e catorze euros e dezasseis cêntimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27313

Interno/2017/5062 de 2017/05/09

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 9, Rua António Aleixo, Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 840,00€ (oitocentos e quarenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da

LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27400

Interno/2017/5073 de 2017/05/09

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 23, Rua Palmira Bastos, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 194,40€ (cento e noventa e quatro euros e quarenta cêntimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27416

Interno/2017/5083 de 2017/05/09

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 12, Rua Vasco Santana, Ramada - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 180,00€ (cento e oitenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27445

Interno/2017/5086 de 2017/05/09

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 5, Rua Rainha Santa Isabel, Famões - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 375,00€ (trezentos e setenta e cinco euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27531

Interno/2017/5110 de 2017/05/10

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 4, Praceta 25 de Agosto, Famões - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 2.157,00€ (dois mil cento e cinquenta e sete euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02



EDOC/2017/27645

Interno/2017/5125 de 2017/05/10

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Praceta Grão Vasco, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 528,00€ (quinhentos e vinte e oito euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27690

Interno/2017/5135 de 2017/05/10

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 2, Praceta Grão Vasco, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 396,00€ (trezentos e noventa e seis euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27721

Interno/2017/5018 de 2017/05/08

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 8, Praceta do Poder Local, Pontinha - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 600,00€ (seiscentos euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27793

Interno/2017/5162 de 2017/05/11

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 1, Rua Vitorino Nemésio, Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 504,00€ (quinhentos e quatro euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27815

Interno/2017/5171 de 2017/05/11

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 5, Rua Vitorino Nemésio, Póvoa Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 268,00€

(duzentos e sessenta e oito euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27826

Interno/2017/5173 de 2017/05/11

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 7, Rua Vitorino Nemésio, Póvoa Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 260,00€ (duzentos e sessenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27830

Interno/2017/6337 de 2017/06/02

Assunto: Atribuição de renda – Nome: Luísa Maria Simões Nunes Santos – Morada: Praceta 25 de Agosto, n.º 2 – R/C Drº - Famões

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Proceda-se à exclusão do PER de Rui Jorge Nunes Duarte, Pedro Miguel Nunes dos Santos Duarte, Susana Marina Nunes dos Santos Duarte e Edgar Filipe Nunes dos Santos Duarte, em virtude de terem declarado possuir alternativa habitacional. Proceda-se de imediato à demolição da barraca, depois da mesma se encontrar devoluta. À Divisão de Habitação para tramitação subsequente e comunicação do valor da renda ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/08

EDOC/2017/27840

Interno/2017/5180 de 2017/05/10

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 9, Rua Vitorino Nemésio, Póvoa Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 268,00€ (duzentos e sessenta e oito euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/27965

Interno/2017/5211 de 2017/05/10

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 2, Praceta 25 de Agosto, Famões - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 792,00€ (setecentos e noventa e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da



LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/28014
Interno/2017/5215 de 2017/05/11
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Praceta 25 de Agosto, Famões - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 132,00€ (cento e trinta e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/28291
Interno/2017/5261 de 2017/05/15
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 11, Rua António Aleixo, Póvoa Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 201,00€ (duzentos e um euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/29196
Interno/2017/6985 de 2017/06/13
Assunto: Atribuição de renda – Nome: Herminio dos Reis Monteiro – Morada: Rua Vitorino Nemésio, n.º 5 – C/V Dtº – Póvoa de Santo Adrião
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de José dos Reis Monteiro, por falecimento. Proceda-se à demolição da barraca após o realojamento. Segue contrato de arrendamento assinado. Informe-se o DGJFP/DFA do valor da renda. À Divisão de Habitação, para tramitação subsequente.”
Data da decisão: 2017/06/26

EDOC/2017/29335
Interno/2017/5164 de 2017/05/11
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Rua Vitorino Nemésio, Póvoa Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 120,00€ (cento e vinte euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/29337
Interno/2017/5199 de 2017/05/11
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 11 Rua Vitorino Nemésio, Póvoa Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 381,00€ (trezentos e oitenta e um euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/29338
Interno/2017/5264 de 2017/05/15
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 14, Rua Fernão Lopes, Póvoa Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 119,76€ (cento e dezanove euros e setenta e seis centimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/29355
Interno/2017/6445 de 2017/06/12
Assunto: Atribuição de renda – Nome: António Pedro Tavares Gomes – Morada: Rua São Jorge, n.º 2 – 3º Dtº - Famões
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Proceda-se à exclusão do PER de João Gomes, por falecimento, Hortência Tavares, por falecimento e Maria Angelina Gonçalves Martins Borges, por abandono. Proceda-se de imediato à demolição da barraca, depois da mesma se encontrar devoluta. À Divisão de Habitação para tramitação subsequente e comunicação do valor da renda ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/19

EDOC/2017/30653
Interno/2017/6049 de 2017/05/29
Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Rua Amélia Rey Colaço, 3 – 7º Frt. - Silviurbana na qualidade de representantes do Senhorio José Marques Barroso Pereira
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 20,10 € (vinte euros e dez centimos), diferença anual da atualização de renda, no âmbito do PROHABITA I, com início em Julho de 2017, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/07

EDOC/2017/30659
Interno/2017/6050 de 2017/05/29
Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Praceta Ana de Castro Osório – 4 – 3º Frt. - Silviurbana na qualidade de representantes do Senhorio Manuel Fernandes Esteves
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 18,72 € (dezoito euros e setenta e dois centimos), diferença anual da



atualização de renda, no âmbito do PROHABITA I, com início em Julho de 2017, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares nº 2/DM/2017 e nº 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/07

EDOC/2017/30664

Interno/2017/6048 de 2017/05/29

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Rua Amélia Rey Colaço, 3 – 8º Frt - Silviurbana na qualidade de representantes do Senhorio António Augusto Gomes Morais

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de valor 18,42 € (dezoito euros e quarenta e dois centimos), diferença anual da atualização de renda, no âmbito do PROHABITA I, com início em Julho de 2017, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares nº 2/DM/2017 e nº 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/07

EDOC/2017/30667

Interno/2017/6047 de 2017/05/29

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Rua Amélia Rey Colaço, 3 – 5º Frt, Arroja - Silviurbana na qualidade de representantes do Senhorio António Fernandes de Sousa

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor 20,10 € (vinte euros e dez centimos) de diferença anual da atualização solicitada, com início em julho de 2017 utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06 bem como da verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares nº 2/DM/2017 e nº 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/07

EDOC/2017/30673

Interno/2017/6043 de 2017/05/29

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Praceta Manuela Porto, 4 – 2º Esq., Arroja - Silviurbana na qualidade de representantes do Senhorio João de Jesus Ernesto

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de valor 17,82 € (dezassete euros e oitenta e dois centimos), diferença anual da atualização de renda, no âmbito do PROHABITA I, com início em Julho de 2017, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares nº 2/DM/2017 e nº 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/07

EDOC/2017/30680

Interno/2017/6041 de 2017/05/29

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Rua Amélia Rey Colaço, 3 – 7º

Dtº - Silviurbana na qualidade de representantes do Senhorio Joaquim Costa

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 20,28 € (vinte euros e vinte e oito centimos), diferença anual da atualização de renda, no âmbito do PROHABITA I, com início em Julho de 2017, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares nº 2/DM/2017 e nº 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/07

EDOC/2017/30685

Interno/2017/5764 de 2017/05/24

Assunto: Condomínio do Edifício nº 10, Rua Bordalo Pinheiro, Odíveas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 50,00€ (cinquenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares nº 2/DM/2017 e nº 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/30702

Interno/2017/6038 de 2017/05/29

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Praceta Florbela Espanca, 4 – C/V Esq., Arroja - Silviurbana na qualidade de representantes do Senhorio Alberto Augusto Vicente

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de valor 16,20 € (dezasseis euros e vinte centimos), diferença anual da atualização de renda, no âmbito do PROHABITA I, com início em Julho de 2017, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares nº 2/DM/2017 e nº 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/07

EDOC/2017/30704

Interno/2017/6032 de 2017/05/29

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Praceta Manuela Porto, 4 – 3º Esq., Arroja - Silviurbana na qualidade de representantes do Senhorio Jaime Lopes Neves

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 15,12 € (quinze euros e doze centimos), diferença anual da atualização de renda, no âmbito do PROHABITA I, com início em Julho de 2017, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares nº 2/DM/2017 e nº 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/06/07



EDOC/2017/30765

Interno/2017/5049 de 2017/05/25

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 39, Rua Ilha da Madeira, Olival Basto - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 210,00€ (duzentos e dez euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/31036

Interno/2017/6139 de 2017/05/30

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Praceta Florbela Espanca, 3 – 2º Esq. Arroja - Silviurbana na qualidade de representantes do Senhorio - António Alfaia

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 17,82 € (dezassete euros e oitenta e dois cêntimos), diferença anual da atualização de renda, no âmbito do PROHABITA I, com início em julho de 2017, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/06

EDOC/2017/32077

Assunto: Edital N.º 03/VAIG/2017 – Notificação de Manuel Vieira dos Santos – PER n.º 080.0007.1 – Bairro das Granjas Noval, n.º 7 – Ramada, para comparação junto da Divisão de Habitação, da Câmara Municipal de Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Seguem Editais assinados. À Divisão de Habitação, para tramitação subsequente.”

Data da decisão: 2017/06/02

EDOC/2017/31900

Interno/2017/6538 de 2017/06/06

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Rua Jaime Martins Barata, 21 – 5º Dtº, Odivelas – João Pedro Gorjão Clara

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e ordem de pagamento do valor de 21,00 € (vinte e um euros), diferença anual da atualização de renda, no âmbito do PROHABITA I, com início em julho de 2017, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/08

Sector de Promoção, Construção e Reabilitação de Habitação (SPCRH)

EDOC/2017/9273

Interno/2017/3452 de 2017/03/24

Assunto: Desentupimento urgente de Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas do Edifício de Habitação Municipal sito na Rua Elysio Moura, n.º 02 – Arroja - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “Face ao informado e de acordo com o proposto, ratifico a decisão de contratar e a subsequente adjudicação da execução de serviço de desentupimento da prumada de esgoto do prédio, em virtude da sua natureza urgente e inadiável (conforme descrito na etapa 9), bem como autorizo após verificação orçamental o cabimento, compromisso (condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 e no Decreto-Lei 127/2012 de 21/06) e posterior processamento da fatura no valor de €250,00 + IVA, na seguinte classificação: Proj.: 2017 / A / 97 - COE: 25.04 / 02.02.25, bem como desenvolvimento de procedimento, conforme Circular n.º 2 e 3 DM de 2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/06/20

Processo n.º 08.03/001-2017

EDOC/2017/3735

Interno/2017/6871 de 2017/06/09

Assunto: “Empreitada de Demolições e Intervenções Urgentes em Construções Precárias no Concelho de Odivelas – Contrato n.º 10/2017 – Trabalhos a mais e trabalhos a menos

Decisão da Sra. Vereadora: De acordo. Coloca-se à consideração do Sr. Presidente da CMO: 1 - A aprovação dos trabalhos a menos (tm) no valor de €689,00 no âmbito da Empreitada identificada; 2 - A aprovação dos trabalhos a mais (TM) no valor total de €847,92, 3 - Cabimento prévio na rubrica COE 25.04/02.02.20; PAM 2017/A/114, da verba de €168,46, correspondente ao diferencial entre TM e tm; 4 - Envio ao DJGFP/DFA para tramitação; 5 - Assinatura pelo Sr. Presidente de notificação à empresa, conforme minuta anexa e posterior envio.”

Data da decisão: 2017/06/19



CONTRAORDENAÇÕES E EXECUÇÕES FISCAIS

Despachos com eficácia externa tomadas pelo Vereador Edgar Valles, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas n.º 107/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito do Setor de Contraordenações, referente aos meses de janeiro, fevereiro e março do ano 2017, nos termos do edoc/2017/32421:

Janeiro de 2017

Processo – 67 /CO /15
Arguido – Quel – Danças e Terapias, lda
Participação / Processo – Relatório Ensaio n.º 06/LACMO/2015
Infração – Ruído
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – Admoestação
Custas – 132.40€
Data 16 janeiro 2017

Processo – 59 /CO /16
Arguido – Manuel dos Santos Morgado
Participação / Processo – 13/JF/SAVO/DLOP/2016
Infração – Ocupação do imóvel sem respetiva autorização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – Admoestação
Custas – 61.00€
Data 16 Janeiro 2017

Processo – 1 /CO /16
Arguido – Maria Pessoa Fontoura
Participação / Processo – 31/DLOP/DGOU/2015
Infração – Ocupação do imóvel sem autorização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 1.500.00€
Custas – 61.00€
Data 16 janeiro 2017

Processo – 92 /CO /15
Arguido – Joaquina Bute Fadia
Participação / Processo – Auto de Notícia - 71º esq. Odivelas/ reg n.º 2088/2015
Infração – Ruído
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 500.00€
Custas – 71.20€
Data 17 janeiro 2017

Processo – 111 /CO /15
Arguido – Nuno Filipe Solas Caetano
Participação / Processo – 30/PART/DFM-28-08-15
Infração – Exploração de estabelecimento fora de horário
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 4.000.00€
Custas – 81.40€
Data 9 janeiro 2016

Processo – 74 /CO /15
Arguido – Casa Shao lda
Participação / Processo – 23/PART/DFM-05-08-2015
Infração – execução de obras sem comunicação

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 3.000.00€
Custas – 61.00€
Data 17 janeiro 2017

Processo – 90 /CO /15
Arguido – Paulo Jorge Matias Gonçalves
Participação / Processo – 33/PART/DFM-28-08-2015
Infração – exploração de actividade de tratamento de resíduos sem licença
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – Admoestação
Custas – 91.60€
Data 17 janeiro 2017

Processo – 63 /CO /16
Arguido – Construções Trivinhas lda
Participação / Processo – 09/DGOU/DLOP/SAVO/2016
Infração – Não manutenção de forma visível do exterior do prédio
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 1.000.00€
Custas – 61.00€
Data 17 janeiro 2017

Processo – 99 /CO /15
Arguido – Construções coelho e saraiva, lda
Participação / Processo – 46/PART/DFM-29-09-2015
Infração – Abandono de descarga de resíduos
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – Admoestação
Custas – 71.20€
Data 17 janeiro 2017

Processo - 102 /CO/16
Arguido – Maria de Fátima Fontoura Pinto
Participação / Processo – 15/DGOU/DLOP/2016
Infração – Ocupação do Imóvel sem autorização de utilização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do n.º 39, do ponto II, do Despacho n.º 107/Pres/2015, de 27 de outubro e conforme proposta a fls. 40 do processo de contraordenação n.º 102/CO/16, determino o arquivamento do mesmo, e que seja extraída Certidão dos Autos referente as folhas 3 a 7 e 23 a 38, dando conhecimento à chefe de Divisão do DJFM para os efeitos tidos por convenientes.
Data 17 janeiro 2017

Processo - 12 /CO/15
Arguido – EL-Rei Dom Dinis – Atividades Hoteleiras lda
Participação / Processo – 01/DGOU/DLOP/SAVO/2015
Infração – Utilização da fracção em desacordo com respetiva licença
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do n.º 13, do ponto II, do Despacho n.º 107/Pres/2015, de 27 de outubro e conforme proposta a fls. 142 do processo de contraordenação n.º 12/CO/15, determino o arquivamento do mesmo
Data 30 janeiro 2017

Processo - 124 /CO/16
Arguido – Futuro Retiro Unipessoal, lda
Participação / Processo – Auto Notícia 71º esquadra Odivelas reg 1759/2016
Infração – Funcionamento fora de Horário estabelecido



Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 12, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e conforme proposta a fls. 8 e 10 do processo de contraordenação nº 124/CO/16, determino o arquivamento do mesmo, dando conhecimento à chefe de Divisão do DJFM para os efeitos tidos por convenientes.

Data 18 janeiro 2017

Processo – 41 /CO /15

Arguido – Odilon Neves

Participação / Processo – Auto de Notícia 75º esquadra Caneças – reg 303/2015

Infração – Funcionamento Fora do Horário

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 250.00€

Custas – 61.00€

Data 18 janeiro 2017

Processo - 70 /CO/16

Arguido – Manuel dos Santos Morgado

Participação / Processo – 14/JF/SAVO/DLOP/2016

Infração – Ocupação do imóvel sem respetiva autorização utilização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 12, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e conforme proposta a fls. 30 do processo de contraordenação nº 70/CO/16, determino o arquivamento do mesmo

Data 30 janeiro 2017

Fevereiro de 2017

Processo –79 /CO /16

Arguido – Jose Almeida Garcia

Participação / Processo – 22/PART/DFM/28-07-2016

Infração – Limpeza de terreno

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – Admoestação

Custas – 61.00€

Data 10 fevereiro 2017

Processo - 26 /CO/16

Arguido – Frank Rodrigues Gaspar, Cabeça de casal

Participação / Processo – 60/PART/DFM-22-12-2015

Infração –Utilização de fração sem respetiva autorização de utilização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro determino o envio do processo de contraordenação nº 26/co/16, ao tribunal judicial da comarca de loures, para efeitos de impugnação judicial da decisão proferida a fls. 63.

Data 16 fevereiro 2017

Processo –51 /CO /16

Arguido – Vania Duarte Machado

Participação / Processo – Auto Notícia 76/2016NPA

DTERRXIRA

Infração – Cão

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 150.00€

Custas – 61.00€

Data 10 fevereiro 2017

Processo –91 /CO /15

Arguido – Rosangela Neves Rodrigues

Participação / Processo – Auto Notícia reg 1729/2015

Infração – ruído

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 500.00€

Custas – 71.20€

Data 2 fevereiro 2017

Processo –65 /CO /16

Arguido – Cliff Miguel Zingo

Participação / Processo – Auto Notícia reg 411/2016

Infração – ruído

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 400.00€

Custas – 61.00€

Data 10 fevereiro 2017

Processo –4 /CO /16

Arguido – Luis André Raminhos Gomes

Participação / Processo – tribunal loures proc 1515/13.6PFLRS

Infração – Grafitis

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 150.00€

Custas – 81.40€

Data 10 fevereiro 2017

Processo – 84 /CO /15

Arguido – Nuno Manuel Cardoso Santos

Participação / Processo – 39DFM/PART-02-09-15

Infração – Execução de obras sem comunicação previa

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – Admoestação

Custas – 81.40€

Data 2 fevereiro 2017

Processo – 5 /CO /16

Arguido – António dos Santos Marques

Participação / Processo – 33/JF/SAVO/DLOP/2015

Infração – Ocupação do imóvel sem autorização utilização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 2.000.00€

Custas – 61.00€

Data 2 fevereiro 2017

Processo – 67 /CO /16

Arguido – Jorge Alexandre Pinto Loureiro

Participação / Processo – Auto notícia reg 59/SF/2016

Infração – estabelecimento de bebidas

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 200.00€

Custas – 61.00€

Data 2 fevereiro 2017

Processo – 98 /CO /16

Arguido – António Carlos da Silva Tiago

Participação / Processo – 20/SAVO/2016

Infração – Ocupação do edifício sem autorização de utilização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.500.00€

Custas – 61.00€

Data 2 fevereiro 2017



Processo – 70 /CO /15

Arguido – Alexandre Costa Carvalho E Sónia Cristina Carvalho

Participação / Processo – 14/SAVO/DLOP/DGOU/14

Infração – Utilização da fração como serviço mas licença para garagem

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 500.00€ + 500.00€

Custas – 91.60€

Data 2 fevereiro 2017

Processo – 44 /CO /16

Arguido – Virgílio Soares Pereira

Participação / Processo – 2/PART/DFM-05-02-2016

Infração – execução de obras sem licença administrativa

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.000.00€

Custas – 91.60€

Data 2 fevereiro 2017

Processo – 95 /CO /15

Arguido – Manuel Mendonça Castiço

Participação / Processo – 27/PART/DFM-28-08-2015

Infração – limpeza de terreno

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 400.00€

Custas – 61.00€

Data 2 fevereiro 2017

Processo – 83 /CO /15

Arguido – Leandro Rafael Tavares Pereira Machado

Participação / Processo – 25/PART/DFM-28-08-2015

Infração – Estabelecimento de bebidas sem mapa de horário afixado

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 150.00€

Custas – 71.20€

Data 7 fevereiro 2017

Processo – 11 /CO /16

Arguido – Susete Costa Mercier

Participação / Processo – 55/PART/DFM-24-11-15

Infração – Execução de obras sem licença

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – Admoestação

Custas – 71.20€

Data 23 fevereiro 2017

Processo - 19 /CO/15

Arguido – Zon TV CABO – Direção de redes de acesso

Participação / Processo – 01/PART/DFM-02-03-2015

Infração – Execução de um ramal sem necessária autorização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro determino o envio do processo de contraordenação nº 19/co/15, ao tribunal judicial da comarca de loures, para efeitos de impugnação judicial da decisão proferida a fls. 215.

Data 23 fevereiro 2017

Processo - 15 /CO/16

Arguido – invade – investimentos Imobiliários, Lda.

Participação / Processo – 57/PART/DFM-30-11-2015

Infração – Ocupação do Imóvel em desacordo com o uso fixado

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro determino o envio do processo de contraordenação nº 15/co/16, ao tribunal judicial da comarca de loures, para efeitos de impugnação judicial da decisão proferida a fls. 178.

Data 23 fevereiro 2017

Processo - 77 /CO/15

Arguido – Jaime Joaquim de Freitas

Participação / Processo – 19/DGOU/DLOP/SAVO/2015

Infração – Violação do dever de conservação obras necessárias

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro determino o envio do processo de contraordenação nº 77/co/15, ao tribunal judicial da comarca de loures, para efeitos de impugnação judicial da decisão proferida a fls. 120.

Data 23 fevereiro 2017

Março de 2017

Processo –48 /CO /16

Arguido – Dora Susana da Silva Coutinho

Participação / Processo – Auto de Notícia 73/2016

NPADTERXIRA de 6-04-2016

Infração – Cão

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – Admoestação

Custas – 61.00€

Data 10 março 2017

Processo –34 /CO /16

Arguido – Edisz, Energia e Comunicações Unipessoal, Lda

Participação / Processo – 08/DGOU/DLOP/SAVO/2016

Infração – Não conclusão de obras no prazo fixado

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 10.000.00€

Custas – 91.60€

Data 10 março 2017

Processo –37 /CO /16

Arguido – Anabela Pinheiro Varandas Lopes

Participação / Processo – Auto Notícia reg 185/2016

Infração – Estabelecimento a funcionar fora do horário estabelecido

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 250.00€

Custas – 61.00€

Data 2 março 2017

Processo –86 /CO /16

Arguido – Vanda Helena Wahn Ferreira

Participação / Processo – Auto Notícia reg 917/2016

Infração – Ruído

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 600.00€

Custas – 61.00€

Data 2 março 2017

Processo - 1 /CO/16

Arguido – Maria Pessoa Fontoura

Participação / Processo – 31/DLOP/DGOU/2015

Infração – Utilização da Moradia sem respetiva autorização



Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e conforme proposta a fls. 44 a 51 e 54 e 55 do processo de contraordenação nº 01/co/16.

Data 28 março 2017

Processo - 105 /CO/15

Arguido –Maria Ester Pereira Pinto Raposo

Participação / Processo – 26/DGOU/SAVO/2015

Infração –Obras efetuadas sem respetiva comunicação

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro determino o envio do processo de contraordenação nº 105/co/15, ao tribunal judicial da comarca de loures, para efeitos de impugnação judicial da decisão proferida a fls. 72.

Data 28 março 2017

Processo - 95 /CO/15

Arguido – Manuel Mendonça Castiço

Participação / Processo – 27/PART/DFM-28-08-2015

Infração –Limpeza de terreno

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 12, do ponto 12, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e conforme proposta a fls. 45 a 57 do processo de contraordenação nº 95/co/15, determino o arquivamento do mesmo.

Data 23 março 2017

Processo - 152 /CO/12

Arguido – Assembleia de Deus Pentecostal do Maculussu em Portugal

Participação / Processo – 162/PART/DFM-04-10-12

Infração –Não deu cumprimento a medida encerramento

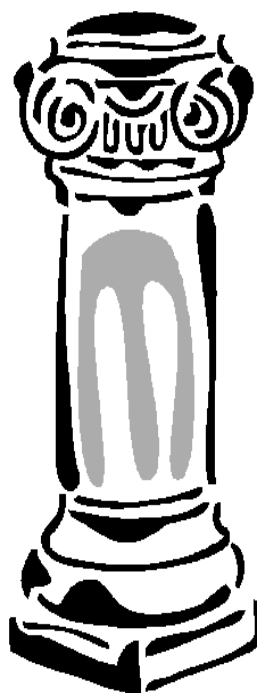
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 12, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e conforme proposta a fls. 205 a 207 do processo de contraordenação nº 152/co/12 determino o arquivamento do mesmo.

Data 31 março 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

9.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 28 de junho de 2017

DELIBERAÇÕES

PRESTAÇÃO DE CONTAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2016

Prestação de contas consolidadas do ano de 2016 do Município de Odivelas, nos termos e para os fins previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, de acordo com o proposto na informação n.º 2017/7117, de 2017.06.14, aprovada na 1.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 21 de junho de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 13 de 2017, página 16*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, propondo aprovar o resultado líquido consolidado do exercício no valor de € 7.126.177, 85, e que o mesmo seja levado para incorporação na conta 59 – “Resultados Transitados”.

“01. Nota Introdutória

As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, de acordo com o estabelecido no artigo n.º 75.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pela Câmara Municipal e de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 76.º submetidas a apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho a que respeitam.

Na ausência de procedimentos contabilísticos de consolidação no normativo do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias adotou-se o estabelecido na Portaria 474/2010, de 15 de junho, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010 intitulada “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios, complementada com o documento de instruções “Consolidação de Contas pelos Municípios”

provindas do SATAPOCAL – Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL – e publicadas pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) no dia 28 de Abril de 2011.(...)” (*Prestação de Contas Consolidada – Relatório de Gestão*)”

(Aprovado por maioria)

REVISÃO ORÇAMENTAL

2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2017 – (EXTRAORDINÁRIA) 10.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

2.ª Revisão Orçamental Extraordinária de 2017, 10.ª Modificação Orçamental, nos termos dos mapas anexos à informação n.º Interno/2017/6812, de 2017.06.08 e que farão parte integrante da ata da presente reunião, aprovada na 12.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 14 de junho de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 13 de 2017, página 8*), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

“PREÂMBULO

A presente REVISÃO ORÇAMENTAL reveste-se de carácter extraordinário e reproduz a necessidade de incorporar no Orçamento do presente ano, a inscrição de novas rubricas em projetos, bem como, ajustamentos nas dotações dos projetos e ações atualmente existentes.

Em relação à despesa, salientam-se as propostas de ajustamento e de criação de novos projetos/rubricas, enviadas pelos diversos serviços municipais, destacando-se a inscrição de 250.000,00 Euros relativo a “Transferência de Competências Escolas EB 2, 3 Refeitórios Escolares EB 2, 3” e do reforço no projeto relativo ao “Apoio ao Funcionamento Escolas e Jardins de Infância - Refeitórios Escolares EB1/JI”, no valor de 2.300.000,00 Euros, entre outros.

A inscrição destes valores implicou um aumento do valor global do Orçamento Inicial, para 95.483.265,00 Euros (noventa e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e três mil e duzentos e sessenta e cinco euros).

Numa análise comparativa entre as dotações atuais e o previsto na presente REVISÃO ORÇAMENTAL, verifica-se um aumento das despesas de capital em 37.950,00 Euros, bem como, das despesas correntes em 2.512.050,00 Euros.



Ao nível da receita, registou-se um aumento das receitas correntes no valor de 2.550.000,00 Euros.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

Odivelas, 08 de junho de 2017

Orçamento de 2017

Resumo do Orçamento – 2.ª Revisão (Extraordinária)

</

(Aprovado por maioria)

REFEIÇÕES ESCOLARES

REFEIÇÕES ESCOLARES NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DO PRÉ-ESCOLAR ANOS LETIVOS 2017/2018, 2018/2019 E 2019/2020

Aquisição do fornecimento do Serviço de Refeições Escolares nos Estabelecimentos de Educação e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e do Pré-Escolar da rede pública do Concelho de Odivelas (pequeno-almoço, almoço e lanche), para os anos letivos de 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020, nos termos e de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2017/6439, de 2017.06.05, aprovada na 12.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 14 de junho de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 13 de 2017*, página 8), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

O fornecimento do serviço de refeições terá início à data prevista para a abertura oficial das atividades do ano letivo 2017/2018 (conforme calendário escolar a publicar oportunamente pelo Ministério da Educação), e data de término, no final do ano letivo de 2019/2020 (com inclusão da interrupção letiva do verão, para os alunos do pré-escolar integrados no Programa das Atividades de Animação e Apoio à Família - AAAF).

“(…) Funcionamento do Serviço

A confeção e distribuição das refeições nos equipamentos escolares será da responsabilidade de uma empresa certificada (nomeadamente com o sistema HACCP - Hazard Analysis and Critical Control Point/Análise de

Perigos e Controlo de Pontos Críticos), implementado para o efeito), assim como, a colocação de pessoal com formação específica para o fornecimento de refeições, especificamente para:

- Confeccionar as refeições de acordo com as normas de Higiene e Segurança Alimentar;
- Servir as refeições aos alunos, à mesa, no caso dos alunos do 1.º ciclo e pré-escolar, uma vez que a idade dos alunos não permite o funcionamento em regime de “self-service”;
- Acompanhar as crianças no decorrer da refeição e proceder à limpeza dos materiais, equipamentos e espaços, onde se inclui paredes, tetos e janelas;
- Reposição integral dos utensílios de cozinha que eventualmente se extraviem ou danifiquem no decorrer do período da adjudicação do serviço, situação que será confirmada, com a realização de inventários às unidades, em cada período letivo.

Escolas Básicas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância

No que se refere à prestação do serviço para pré-escolar e 1.º ciclo, as principais alterações são as seguintes:

- 1 – Pagamento - O pagamento das refeições a partir de setembro de 2017, será efetuado diretamente pelos encarregados de educação, à Câmara Municipal de Odivelas;
- 2 - A Câmara Municipal de Odivelas irá efetuar o pagamento do valor real da refeição, independentemente do escalão, diretamente à empresa, por referência aos mapas de consumos/picagens de assiduidades efetuados nas escolas, recebendo dos pais e encarregados de



educação, a verba correspondente à comparticipação das refeições do(s) seu(s) educandos(s), por referência aos escalões de apoio em que o agregado familiar se encontre inserido;

3 - A faturação emitida pela empresa, será efetuada por escola e nível de ensino, estando apenas considerado o pré-escolar e o 1.º ciclo.

4 - Os encarregados de educação, terão acesso, via plataforma informática, ao perfil, consumos, pagamentos, débitos e créditos, dos seus educandos, com possibilidade de pagamento presencial, através de fatura eletrónica ou referência multibanco, em regime de sistema pré-pago, podendo as refeições ser desmarcadas até às 16H:30M do dia anterior ou, presencialmente, no dia a que dizem respeito, até às 10h:00m.

Custos da prestação do serviço
Dias úteis/letivos

	Ano letivo	1.º Período	2.º e 3.º períodos
Pré-escolar	230 dias (com inclusão das AAAF-JI)	85 dias	145 dias
1.º CEB	190 dias	70 dias	120 dias

Valor máximo Refeição (s/ iva)

	Pré – escolar e 1.º CEB
Pequeno-almoço	€ 0,40
Almoço	€ 2,92
Lanche	€ 0,40
Total:	€ 3,72

Valores da prestação do serviço (sem iva incluído):

	Pré- escolar	1.º CEB	Total JI e 1.º CEB
N.º de alunos - previsão	1900	5874	
Valor ano letivo (s/ IVA)	1.625.640,00 €	4.151.743,20 €	5.777.383,20 €
Valor 1.º Período s/ iva	600.780,00 €	1.529.589,60 €	2.130.369,60 €
Valor Programa AAAF - Setembro (2 semanas)	70.680,00 €		

A – Ano Civil 2017

C.O.E: 2602/020225

Plano: 2017/A/116

Cabimento para 1.º período 2017/2018: € 2.407.317,65 (dois milhões quatrocentos e sete mil trezentos e dezassete

euros e sessenta e cinco centimos), já com Iva incluído à taxa legal em vigor;

B – Ano civil 2018

Rubricas e plano por definir

Cabimento para 2.º e 3.º período letivo (Ano Letivo 2017/2018) - € 3.647.013,60 (três milhões seiscentos e quarenta e sete mil e treze euros e sessenta centimos), acrescido de Iva à taxa legal em vigor;

Cabimento para 1.º período letivo (Ano Letivo 2018/2019): € 2.130.369,60 (dois milhões cento e trinta mil, trezentos e sessenta e nove euros e sessenta centimos), acrescido de Iva à taxa legal em vigor;

C – Ano civil 2019

Rubricas e plano por definir

Cabimento para 2.º e 3.º períodos (Ano Letivo 2018/2019) - € 3.647.013,60 (três milhões, seiscentos e quarenta e sete mil e treze euros e sessenta centimos), acrescido de Iva à taxa legal em vigor;

Cabimento para 1.º período (Ano Letivo 2019/2020): €2.130.369,60 (dois milhões cento e trinta mil, trezentos e sessenta e nove euros e sessenta centimos), acrescido de Iva à taxa legal em vigor;

D – Ano civil 2020

Rubricas e plano por definir

Cabimento para 2.º e 3.º períodos (Ano Letivo 2019/2020) - € 3.647.013,60 (três milhões, seiscentos e quarenta e sete mil e treze euros e sessenta centimos), acrescido de €70.680,00 (setenta mil seiscentos e oitenta euros) para precaver as refeições para os alunos integrados no Programa das AAAF- pré-escolar, entre o dia 1 de setembro de 2020 e o início efetivo das atividades curriculares do ano letivo 2020/2021, perfazendo o total de € 3.717.693,60 (três milhões setecentos e dezassete mil, seiscentos e noventa e três euros e sessenta centimos), acrescido de Iva à taxa legal em vigor.

A presente proposta está enquadrada num novo modelo de funcionamento relativo ao serviço de refeições, em que a Câmara Municipal de Odivelas assume o ónus do pagamento da prestação do serviço integral junto da empresa, recebendo dos pais/encarregados de educação, a comparticipação devida, conforme já enunciado no PASTE (aprovado na 8.ª Reunião da CMO datada de 19/4/2017).

Assim, e tendo em conta o acima exposto, e a presente a denúncia do contrato em vigor, cujo processo já foi aprovado pelo Exmo. Senhor Presidente, com efeitos a 31 de agosto de 2017 (conforme Interno/2017/5815 e respetivo relatório detalhado da distribuição EDOC/2017/30789, em anexo – anexo 3), torna-se necessário proceder à contratualização do serviço, através de um novo procedimento adjudicatório ao abrigo do novo Acordo Quadro existente na CCE-AML.



Encontrando-se o referido Acordo Quadro não sujeito ao disposto do n.º 2 do artigo 49.º da LOE-2017, conforme consta da alínea b) do n.º 8 do referido artigo, a excecionalidade relativa à não verificação do n.º 1 do artigo 49.º, carece de autorização do Executivo Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 44.º do DL 25/2017 de 03 de março.

A excecionalidade da despesa deverá incidir sobre o valor estimado de € 2.158.858,39 (dois milhões cento e cinquenta e oito mil oitocentos e cinquenta e oito euros e trinta e nove cêntimos – com iva incluído), sendo este valor a diferença entre o valor faturado no 1.º período do ano letivo 2016/2017 (setembro a dezembro de 2016 - €248.459,26), e o valor estimado para o 1.º período do ano letivo 2017/2018 (€ 2.407.317,65), por referência à alteração do modelo de gestão do serviço de refeições (ou seja, a Câmara Municipal de Odivelas pagará à empresa o valor real da refeição, e não a diferença entre o valor real da refeição e a comparticipação das famílias). *(Informação Interno/2017/6439, de 2017.06.05)*

(Aprovado por maioria)

ORDEM DE TRABALHOS

PONTOS DA ORDEM DE TRABALHOS DA SESSÃO

Dado o adiantado da hora, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, foi colocado à consideração do plenário a passagem para a próxima sessão da Assembleia Municipal dos seguintes pontos:

Ponto 4 – “Proposta de Implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico para o Ano Letivo de 2017/2018;

Ponto 5 – «Proposta de Aprovação do Regulamento do Concurso Gastronómico “Mesa Saloia”».

(Aprovado por unanimidade)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Realizada em 29 de junho de 2017

DELIBERAÇÕES

VOTO DE PESAR

VOTO DE PESAR

Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza nasceu em Coimbra a 28 de abril de 1950. Faleceu em Lisboa a 22 de junho de 2017.

Antigo ministro das Finanças, cedo se destacou como um dos mais prestigiados economistas portugueses da sua geração e sempre colocou as suas qualidades intelectuais e humanas ao serviço de Portugal, sonhando com uma sociedade mais desenvolvida, mais livre e mais justa.

Um dos mais brilhantes economistas formados pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa em 1972.

Aos 24 anos partiu para os Estados Unidos para fazer um doutoramento em Economia, no Massachusetts Institute of Technology (MIT), que concluiu em 1979.

Foi governador do Banco de Portugal, geriu a desvalorização do escudo durante as perturbações cambiais de 1992 a 1993 causada pela agitação dos mercados financeiros que se refletiu no Sistema Monetário Europeu.

Em junho de 1994 demitiu-se do cargo de Governador por conflito com o então ministro das Finanças, Jorge Braga de Macedo. Em 2009 integra o Conselho Consultivo do Banco de Portugal.

Foi professor associado e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, onde era, à data da sua morte, Professor Associado Convidado. Foi consultor e diretor da revista Economia da Universidade Católica Portuguesa.



A 22 de agosto de 1991 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul do Brasil, a 9 de junho de 1995 com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito e a 28 de junho de 2005 com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida a 29 de Junho de 2017 delibera aprovar um Voto de Pesar pela morte de Luís Miguel Coiceiro Pizarro Beleza.

(Documento apresentado pela bancada do PSD - aprovado por unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por unanimidade)

RECOMENDAÇÃO

Pela bancada da Coligação Democrática Unitária - CDU, foi apresentada uma recomendação sobre “Dias de Férias” (documento n.º 2), que será transcrito em ata. Colocada à votação a recomendação foi rejeitada por maioria, com os votos a favor das bancadas da Coligação Democrática Unitária - CDU e do Bloco de Esquerda - BE, com os votos contra da bancada do Partido Socialista - PS e com a abstenção da bancada do Partido Social Democrata – PSD.

(Rejeitada por maioria)

ESQUEMA DIRETOR DA UOPG-13

ZONA DA RIBEIRA DA PAIÃ UNIÃO DE FREGUESIAS DA PONTINHA E FAMÕES

Esquema Diretor da UOPG-13-Zona da Ribeira da Paiã, delimitada no Plano Diretor Municipal de Odivelas, ocupa a envolvente da ribeira da Paiã, que lhe dá nome, localizada a Oeste do concelho, na União de Freguesias da Pontinha e Famões, ocupando uma área aproximada de 71 ha. Estrutura-se ao redor do vale da ribeira da Paiã que a jusante apresenta uma ligação ao Pinhal da Paiã e à Quinta da Paiã (integrada na UOPG 01), ambas integradas na Estrutura Ecológica Municipal, de acordo com o proposto na informação n.º 016/DPUPE/FL/2017, de 2017.04.07, aprovada na 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 19 de abril de 2017 (*Boletim*

Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 2017, página 18), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

“(…)

A delimitação da Unidade do Casal da Fonte decorre dos objetivos definidos no PDM de Odivelas, nomeadamente, para a UOPG-13-Zona da Ribeira da Paiã, artigo n.º 66º, preconizando concretizar uma solução integradora que permita qualificar esta parte do território do concelho, cujo desenho urbano irá materializar-se em ordem a objetivos gerais, nomeadamente:

- Assegurar a implementação de uma zona multifuncional articulando com espaços verdes relevantes;
- Apostar numa estrutura verde e paisagem de excelência com funções panorâmicas e de recreio e lazer ativos, aproveitando o potencial da riqueza de estrutura ecológica no local;
- Promover oferta de habitação com vista a dinamizar a vivência do novo espaço urbano;
- Preservar e valorizar o património natural e cultural, designadamente os principais espaços naturais (vales e cursos de água) de estrutura ecológica e em particular o núcleo da quinta do Casal do Segulim;
- Implementar o percurso pedestre (Rota do Pão) associado ao património cultural arquitetónico definido na Planta de Ordenamento – Património Cultural Arquitetónico.

No estudo desenvolvido e respetivo esquema diretor da UOPG-13-Zona da Ribeira da Paiã, os objetivos programáticos observados, delinearão os pressupostos a considerar nas SUB-UOPG's, consignados no Esquema Diretor:

- Assegurar a oportunidade e procedimentos para a avaliação das necessidades de interesse público e a definição da estratégia de desenvolvimento urbano para a área integrada na UOPG;
- Dar cumprimento às orientações estratégicas de política urbanística e às intervenções estruturantes aplicáveis, previstas no Programa de Execução e Financiamento;
- Assegurar que o planeamento de pormenor possa acontecer, a cada momento, de modo ajustado às oportunidades e interesses de todos os agentes presentes e ativos mas de forma adequada à estratégia de desenvolvimento local definida;
- Garantir a qualificação ambiental e funcional do espaço urbanizado e sua relação com os espaços naturalizados e de função ecológica, com especial relevância para os



componentes de serviço público (infraestruturas, equipamentos e espaços públicos).

No âmbito da análise e dos estudos efetuados para a área da UOPG-13-Zona da Ribeira da Paiã, verificou-se a necessidade de adequar pontualmente o seu limite, nomeadamente a nordeste e a oeste pelo que se propõe a alteração dos limites, respetivamente:

- Nordeste – ao longo do talvegue que passa junto ao moinho da Laureana;
- Oeste – junto à entrada do Bairro Alto de Famões, pela Rua Marechal Gomes da Costa.

Após redelimitação da UOPG, sendo o valor da área retirada inferior a 2% da área inicial, 71ha, a UOPG apresenta agora área aproximada de 70ha.(...)” (*Informação n.º 016/DPUPE/FL/2017* de 2017.04.07)

“(…)

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (U.E.) na zona da AUGI do Casal da Fonte na união das freguesias de Pontinha e Famões, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A Unidade de Execução proposta está integrada na área da UOPG-13 – Zona da Ribeira da Paiã, do Plano Diretor Municipal de Odivelas, aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015.

2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção da *Unidade de Execução Casal da Fonte* (adiante designada por UE 13.03 – Casal da Fonte) corresponde à parte norte da subUOPG 13,03 da UOPG 13 – Zona da Ribeira da Paiã, conforme esquema diretor desenvolvido.

Esta Área de Intervenção situa-se a nascente do Bairro do Casal do Rato e a norte do Bairro do Porto da Paiã, abrangendo uma área de aproximadamente 11ha (onze hectares), dos 14,09ha totais da subUOPG, e apresenta as seguintes confrontações:

- A norte e nascente – margem direita da ribeira da Paiã;
- A sul – rua Pêro da Covilhã;
- A poente – rua dos Lírios, na confrontação com o Bairro Casal do Rato.

Esta área é caracterizada por um relevo com exposição predominante a sul, onde o declive varia entre a cota 114 a norte e a cota 60 a sudeste. As cotas mais baixas correspondem à margem da ribeira da Paiã e o declive está distribuído de modo desigual no território, dado que é de um modo geral suave, acentuando-se abruptamente nas vertentes adjacentes à linha de água.

A nível de condicionantes, em relação às Servidões Administrativas e de Utilidade Pública ocorrem:

A Norte e a Nascente

Domínio Público Hídrico / Linha de Água

Longitudinalmente com orientação norte-sul

Rede de Transporte e Distribuição de Energia – Eletricidade / Linhas da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade – RNT (aéreas)

Em toda a área da unidade

Servidão Aeronáutica

Faixa na cota 245 (abrange o quadrante SE da UOPG)

Zonamento – zonas 7 e 8

Existe ainda uma área afeta à Reserva Agrícola Nacional (RAN) com cerca de 1ha.

Contém espaços integrados nos ecossistemas ‘Zonas Declivosas – Áreas com risco de erosão’ e ‘Zonas Declivosas – Escarpas e outras áreas de elevada suscetibilidade geológica’ da Reserva Ecológica Nacional (REN) sendo apresentadas exclusões (n.os E8 e E9) para as áreas urbanas a desenvolver.

3. ANTECEDENTES E OCUPAÇÃO

A área da UE encontra-se parcialmente ocupada, em duas zonas: a norte existem algumas habitações, e no extremo sudeste da UE um núcleo de atividades económicas.

A área habitacional localizada a norte da UE foi integrada na delimitação da AUGI do Bairro Casal da Fonte, classificada ao abrigo da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, por deliberação da 10ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada 06/03/1996.

4. OBJETIVOS DA UNIDADE DE EXECUÇÃO

Programa da UE13.03 - Casal da Fonte propõe a execução de operações urbanísticas, com objetivos programáticos específicos, como matriz de suporte ao desenho urbano proposto, a saber:

- Promover a valorização paisagística da importante unidade de paisagem local constituída pela ribeira da Paiã e áreas naturalizadas limítrofes, através da valorização dos espaços verdes de enquadramento, tanto privados como públicos;



- Potenciar o desenvolvimento urbano desta área assegurando a transição de uma zona predominantemente urbana com outra de características rurais, a ribeira da Paiã;
- Melhorar as infraestruturas de mobilidade através da requalificação da rua Pêro da Covilhã, como via distribuidora secundária da rede local, potenciando a aptidão para a circulação pedonal e de transportes públicos.

A Unidade de Execução permite o desenvolvimento e consolidação da malha urbana e ainda a criação de áreas verdes de estadia e lazer de proximidade na margem da ribeira da Paiã.

O desenvolvimento deste espaço verde possibilita a criação de itinerários que estabelecem ligações entre as margens da ribeira ou ao longo de percursos que acompanham a linha de água.

(...)

6. CRITÉRIOS DE DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO

A delimitação desta Unidade de Execução consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área, com identificação de todos os prédios abrangidos, nos termos previstos no artigo n.º 148 do RJIGT.

A UE deverá abranger uma área suficientemente vasta para constituir um perímetro com características da unidade e autonomia urbanísticas, integrando as áreas a afetar a espaços públicos e equipamentos previstos nos Planos de Ordenamento e estabelecendo uma correta articulação funcional e formal com as áreas contíguas, quer sejam espaços já consolidados ou ainda por consolidar, desde que não prejudique o ordenamento urbanístico desses espaços e não inviabilize a oportunidade do correto procedimento em sede de operação urbanística.

As Unidades de Execução visam deste modo, assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso da área a delimitar e garantir a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos.

No presente caso, a delimitação proposta para a Unidade de Execução do Casal da Fonte corresponde à metade norte do polígono da sub-UOPG 13.03, que compreende uma área do território com identidade urbana geográfica e fronteiras físicas muito expressivas, a rua Pêro da Covilhã e a ribeira da Paiã, apresentando um nível significativo de autonomia e para a qual o PDMO, define um programa urbanístico específico.

Assim, a UE constitui um instrumento orientador para efeitos de gestão municipal deste território, servindo de referência e apoio à programação das operações

urbanísticas desta unidade, nomeadamente a reconversão da AUGI do Bairro Casal da Fonte, ao abrigo da Lei 91/95, de 2 de setembro na sua atual redação.

Para delimitação da UE foi tida em consideração as operações urbanísticas de modo a assegurar os direitos de edificabilidade, o desenvolvimento de uma estrutura verde e a execução de infraestruturas de acessibilidade. (...) *(Unidade de Execução - Termos de Referência - Casal da Fonte - março 2017)*

(Aprovado por maioria)

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS DA SESSÃO

Dado o adiantado da hora, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi colocado à consideração do plenário a passagem para a próxima sessão da Assembleia Municipal do ponto 3 - Aprovação das atas da Assembleia Municipal n.ºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, E 22, respeitantes ao ano de 2016.

(Aprovado por unanimidade)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

10.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 6 de julho de 2017

DELIBERAÇÕES

MOÇÕES

MOÇÃO

PELA REABILITAÇÃO ESTRUTURAL DA ESCOLA BÁSICA 2/3 AVELAR BROTERO

A Escola Básica 2/3 Avelar Brotero está na memória de milhares de cidadãos que por ali passaram no seu trajeto escolar.

Foi o lugar que abriu novos horizontes e perspetivas de futuro para muitas crianças.

Para muitos pais, foi o proporcionar o futuro aos seus filhos que eles próprios, oriundos do meio rural, não tiveram!

Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal, Passado esse tempo, são do conhecimento e preocupação geral as condições de conservação do edifício da Escola Básica 2/3 Avelar Brotero.

Esta Escola foi construída na década de 50 do século XX e no tempo, foram poucas as intervenções de manutenção.

Também, as remodelações pouco se traduziram em qualificação deste equipamento público.

A primeira, em 2000 com intervenções na cozinha e refeitório e a segunda, em 2008 com a conversão de uma sala.

Intervenções parcas para um edifício educativo com uma longa história!

O estado de conservação da Escola está a gerar crescente preocupação e alerta, tanto na comunidade escolar como nos órgãos de gestão do Agrupamento Adelaide Cabette.

A sinalização da degradação estrutural e de elementos construtivos da Escola já estão referenciados às entidades responsáveis do Ministério da Educação, a DGEstE.

A Câmara Municipal de Odivelas tem vindo a acompanhar a situação e a desenvolver diligências junto do Ministério da Educação para a resolução imediata deste problema.

Resultado dessas diligências foi publicado em Diário da República do Despacho n.º 2079/2017, de 31 de Março, uma dotação orçamental para o agrupamento de escolas Adelaide Cabette num montante de 130.000,00€ para intervenções pontuais e de emergência para beneficiação de escolas cujo estado de conservação ponha em causa o normal desenvolvimento das atividades letivas.

Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal, A Escola é um lugar de aprendizagem e de construção do futuro!

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na 10.ª Sessão Extraordinária de 2017, delibera o seguinte:

1 - Exigir do Ministério da Educação – DGEstE, a Reabilitação imediata da Escola Básica 2/3 Avelar Brotero;

A ser aprovado, enviar esta Moção para:

Presidente da Assembleia da Republica
1.º Ministro
Ministro da Educação
Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette
Associação de Pais da Escola Básica 2/3 Avelar Brotero
Órgãos de comunicação social locais e nacionais

(Documento apresentado pela bancada do PS - aprovado por unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por unanimidade)

MOÇÃO

SUBSTITUIÇÃO DOS EDIFICADOS DA ESCOLA EB 2,3 AVELAR BROTERO

Considerando que:

1. A Escola Básica 2,3 Avelar Brotero, em Odivelas, é uma das escolas que integram atualmente o Agrupamento Adelaide Cabette. É uma escola muito degradada com problemas estruturais em todo o edificado;



2. Esta escola, que começou por ser um estabelecimento de ensino particular, foi construída na década de cinquenta do século passado. Desde o ano letivo de 1969/70 integra a rede pública. Desde então, as únicas intervenções de que a escola foi objeto verificaram-se em 2000 (remodelação / melhoramentos na cozinha e refeitório incluindo canalizações e gás) e em 2008 (reconversão da sala do aluno em salas do Centro de Novas Oportunidades);

3. Em setembro de 2009, fruto da evidente degradação de todo o edificado, foi celebrado um acordo de colaboração entre a extinta Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Odivelas para a substituição da Escola Básica Avelar Brotero. Nos termos desse acordo a construção das instalações da escola deveria iniciar-se no prazo máximo de quatro meses a partir da data da assinatura desse acordo, o que não aconteceu;

4. Em 2012, em resposta a uma pergunta parlamentar, o Governo de então referiu que “o Ministério reconhece importância para esta obra pelo que inscreveu despesa para 2012, por forma a trabalhar no processo.” Nada se fez;

5. Mais recentemente, a 12 de janeiro do corrente ano, foi indicado pelo Delegado Regional de Lisboa e Vale do Tejo da DGEstE de que o problema teria solução tão breve quanto possível, através de uma verba proveniente de um fundo europeu específico, no valor de 135 000 Euros, com início da obra ainda no ano letivo 2016/2017. A verba, muito reduzida face ao orçamento inicial, acabaria afinal por ser aplicada no aluguer de “contentores” (estruturas modulares especializadas adaptadas ao ensino) para outra escola do mesmo agrupamento;

6. Já este ano, o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette, preocupado com a segurança dos alunos e trabalhadores da Escola Avelar Brotero, em ofício dirigido ao do Bloco de Esquerda de Odivelas colocou em evidência o que considerou serem “Perigos de Vida” presentes nesta escola, tal o estado a que chegou o edificado. E documentou as afirmações com abundantes fotos, ilustrativas de cada uma das patologias / deficiências / perigos evidentes nesta escola. Apresentou ainda um relatório da Unidade de Saúde Pública de Loures relativo a uma vistoria realizada por esta unidade em 4 de maio deste ano e ainda um relatório da coordenação do próprio estabelecimento;

7. Pela sua clareza reproduzimos uma parte do já referido ofício:

“PERIGO DE VIDA 1: Na Escola EB2/3 AB – Escola Básica 2/3 Avelar Brotero (...) existe uma situação objetiva de perigo de vida, devido à degradação arrastada e progressiva do património edificado, pondo em causa (a segurança de) todos quantos estudam (cerca de quatrocentos alunos) e trabalham (quarenta e três

professores e quinze assistentes operacionais). Esta observação, embora baseada numa perspetiva de observação empírica, é corroborada por apreciações técnicas subsequentes. Existem documentos (relatórios internos do Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette, da Câmara Municipal de Odivelas e do SNS – Serviço Nacional de Saúde, de datas recentes) que fundamentam esta preocupação.

PERIGO DE VIDA 2 – Combatendo todas as formas de alarmismo gratuito e inconsequente, dou conta de que se trata de um estabelecimento de ensino em que já caíram troços de paredes e de teto, em que o solo se afasta de pilares que já não cumprem a sua função de sustentabilidade, entre outros fenómenos que indiciam:

fadiga de materiais;

forte infiltração de águas aquando de chuvadas mais intensas;

presença de ratos em salas de aula.

Estes factos provocam, diariamente, natural ansiedade e apreensão nos adultos que aí trabalham.

(...) Nada fazer torna-nos cúmplices do problema. Quando a segurança da vida de jovens e de adultos se agiganta como uma questão premente, há que tomar a opção correta.”;

8. As coberturas da escola são em fibrocimento, apresentando um elevado estado de degradação, como testemunhámos em visita realizada no passado dia 29 de junho;

9. A Escola Avelar Brotero não fez parte da rede de estabelecimentos transferidos, por protocolo, do Ministério da Educação para a Câmara Municipal de Odivelas, mantendo-se a sua gestão e conservação na alçada do ministério.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 6 de julho de 2017, delibera:

1. Exigir do Governo para que proceda, com urgência, aos trabalhos necessários para a substituição dos edifícios da Escola Básica 2,3 Avelar Brotero, do Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette e garanta os adequados meios financeiros para a construção de uma escola com meios e espaços adequados ao ensino e à aprendizagem a que todos têm direito;

2. Exigir a substituição imediata das coberturas em fibrocimento, conforme estipulado legalmente.

Enviar este documento a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Governo, à DGEstE, à direção do Agrupamento Adelaide Cabette, ao



Coordenador da Escola EB 2,3 Avelar Brotero, ao Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE - aprovado por unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE PESAR

AUGUSTO PÓLVORA

Faleceu no passado dia 2 de Julho Augusto Pólvora, presidente da Câmara Municipal de Sesimbra desde 2005 e cumpria atualmente, o seu terceiro mandato.

Natural da Vila de Sesimbra e filho de pescador, os seus conhecimentos técnicos e do terreno, e a paixão com que vivia a sua função e a sua terra, conferiam-lhe uma enorme capacidade de trabalho e de planeamento. O seu falecimento, prematuro, é uma enorme perda para o município e para a região de Setúbal.

Entre muitos outros cargos públicos, Augusto Pólvora foi vereador do pelouro do urbanismo e membro da direção da Associação de Municípios da Região de Setúbal. Os seus mandatos ficaram marcados por uma enorme capacidade de negociação e de gerar consensos, tanto com entidades locais como governamentais, tendo sempre em vista o interesse do concelho de Sesimbra.

Iniciou a sua atividade profissional como arquiteto em 1985, na GERAP, tendo ingressado na Câmara Municipal de Sesimbra em 1986, onde exerceu funções no Gabinete da Quinta do Conde e desempenhou nos anos de 1988 e 1989 as funções de Chefe da Divisão de Administração e Planeamento Urbanístico.

Foi eleito Vereador pela CDU, no mandato de 1989-93, tendo exercido funções de Vereador-substituto do Presidente da Câmara, com responsabilidades diretas nos pelouros do Urbanismo, Habitação, Lagoa de Albufeira e Quinta do Conde.

Exerceu as funções de Administrador-delegado da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal entre 1994 e 2002.

Foi Vogal do Conselho Diretivo do Parque Natural da Arrábida como representante das Câmaras Municipais de Sesimbra, Palmela e Setúbal.

Foi membro dos Corpos Sociais da CDR, Agência de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal.

Foi membro dos Corpos Sociais da Agência de Desenvolvimento Local do Seixal – “Fábrica da Pólvora”.

Foi Coordenador da Comissão Executiva do PEDEPES – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal.

Foi Coordenador do Grupo de Trabalho de Urbanismo da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

Foi representante da ANMP na Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico do Conselho de Cultura e na Secção Especializada Permanente do Património Arquitetónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura.

Foi membro da Comissão Executiva da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa.

Foi membro do júri, em representação da ANMP, no Prémio Nacional de Paisagem.

Foi membro da Secção de Municípios com Atividade Piscatória e Portos na ANMP.

Militante do Partido Comunista Português desde muito jovem, era membro da Comissão Concelhia de Sesimbra e da Direção da Organização Regional de Setúbal do PCP.

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em sessão extraordinária endereça à família e à Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP as sentidas condolências.

(Documento apresentado pela bancada da CDU - aprovado por unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por unanimidade)



ENRIQUECIMENTO CURRICULAR 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LETIVO DE 2017/2018

Programa de Implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho de Odivelas, para o ano letivo 2017/2018, tem como enquadramento a Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto. Programa que se traduz numa oferta educativa e formativa gratuita, de inscrição facultativa, que se desenvolve ao longo do ano letivo e garante uma diversidade de atividades consideradas relevantes para a formação integral dos alunos, de cariz cultural e lúdico e possibilita a articulação com as famílias numa ocupação útil e adequada dos tempos não letivos.

O Programa de oferta das Atividades de Enriquecimento Curricular, em cada escola, será planificado pelos Agrupamentos de Escolas em parceria com a Câmara Municipal de Odivelas (Entidade Promotora) e com as Entidades Gestoras Parceiras, tendo por base os domínios das atividades a definir de acordo com o Projeto Educativo do agrupamento, a formação e perfil dos docentes do quadro, o regime de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, os espaços disponíveis para o funcionamento das atividades, e o número estimado de alunos para o ano letivo 2017/2018. De acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2017/6675, de 2017-06-07, aprovada na 12.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 14 de junho de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 13 de 2017*, página 12), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

“(…) III – Planificação das Atividades

O Programa de oferta das AEC em cada escola será planificado pelos Agrupamentos de Escolas em parceria com a Câmara Municipal e com as Entidades Gestoras Parceiras, tendo por base os domínios das atividades a definir de acordo com o Projeto Educativo de Agrupamento, a formação e perfil dos docentes do quadro, o regime de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, os espaços disponíveis para o funcionamento das atividades, e o número estimado de alunos para o Ano Letivo 2017/2018 (que se apresenta em seguida).



Estabelecimentos de Educação e Ensino	Previsão de alunos		Regime de Funcionamento	Previsão Custos Aluno/AEC		Total Custos Ano Letivo
	1º e 2º	3º e 4º		1º e 2º x 150,00€	3º e 4º x 90,00€	
Agrupamento de Escolas A Sudoeste de Odivelas						
EB Quinta das Dálias	26	26	Normal	3.900,00 €	2.340,00 €	6.240,00 €
EB Veiga Ferreira	104	104	Normal	15.600,00 €	9.360,00 €	24.960,00 €
EB Casais de Trigache	102	100	Normal	15.300,00 €	9.000,00 €	24.300,00 €
EB Sophia de Mello Breyner Andresen	52	26	Normal	7.800,00 €	2.340,00 €	10.140,00 €
Sub-Total	284	256		42.600,00 €	23.040,00 €	65.640,00 €
Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette						
EB António Maria Bravo	104	78	Normal	15.600,00 €	7.020,00 €	22.620,00 €
EB D. Dinis n.º 1	208	130	Normal	31.200,00 €	11.700,00 €	42.900,00 €
EB Bernardim Ribeiro	130	52	Normal	19.500,00 €	4.680,00 €	24.180,00 €
EB Maria Máxima Vaz	182	52	Normal	27.300,00 €	4.680,00 €	31.980,00 €
Sub-Total	624	312		93.600,00 €	28.080,00 €	121.680,00 €
Agrupamento de Escolas de Caneças						
EB Francisco Vieira Caldas	78	52	Normal	11.700,00 €	4.680,00 €	16.380,00 €
EB Artur Alves Cardoso	78	52	Normal	11.700,00 €	4.680,00 €	16.380,00 €
EB Cesário Verde	130	78	Normal	19.500,00 €	7.020,00 €	26.520,00 €
EB Professora Maria Costa	52	78	Normal	7.800,00 €	7.020,00 €	14.820,00 €
Sub-Total	338	260		50.700,00 €	23.400,00 €	74.100,00 €
Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santo Adrião						
EB Quinta S. José	78	52	Normal	11.700,00 €	4.680,00 €	16.380,00 €
EB Barbosa du Bocage	104	124	Normal	15.600,00 €	11.160,00 €	26.760,00 €
EB Olival Basto	104	104	Normal	15.600,00 €	9.360,00 €	24.960,00 €
Escola Básica Carlos Paredes	78	78	Normal	11.700,00 €	7.020,00 €	18.720,00 €
Sub-Total	364	358		54.600,00 €	32.220,00 €	86.820,00 €
Agrupamento de Escolas da Pontinha						
EB Casal da Serra	78	78	Normal	11.700,00 €	7.020,00 €	18.720,00 €
EB Quinta da Condessa	104	72	Normal	15.600,00 €	6.480,00 €	22.080,00 €
EB Dr. Mário Madeira	0	26	Normal	0,00 €	2.340,00 €	2.340,00 €
EB Mello Falcão	104	104	Normal	15.600,00 €	9.360,00 €	24.960,00 €
EB Quinta da Paia	104	78	Normal	15.600,00 €	7.020,00 €	22.620,00 €
EB Serra da Luz	78	26	Normal	11.700,00 €	2.340,00 €	14.040,00 €
EB Vale Grande	52	52	Normal	7.800,00 €	4.680,00 €	12.480,00 €
Sub-Total	520	436		78.000,00 €	39.240,00 €	117.240,00 €
Agrupamento de Escolas D. Dinis						
EB Maria Lamas	208	130	Normal	31.200,00 €	11.700,00 €	42.900,00 €
EB Rainha Santa	130	130	Misto	19.500,00 €	11.700,00 €	31.200,00 €
Sub-Total	338	260		50.700,00 €	23.400,00 €	74.100,00 €
Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja						
EB Manuel Coco	208	170	Normal	31.200,00 €	15.300,00 €	46.500,00 €
EB de Porto Pinheiro	156	156	Normal	23.400,00 €	14.040,00 €	37.440,00 €
Sub-Total	364	326		54.600,00 €	29.340,00 €	83.940,00 €
Agrupamento de Escolas Vasco Santana						
EB Amoreira	130	118	Normal	19.500,00 €	10.620,00 €	30.120,00 €
EB João Villaret	104	78	Normal	15.600,00 €	7.020,00 €	22.620,00 €
EB Eça de Queirós	78	26	Normal	11.700,00 €	2.340,00 €	14.040,00 €
EB Casal dos Apréstimos	182	124	Normal	27.300,00 €	11.160,00 €	38.460,00 €
Sub-Total	494	346		74.100,00 €	31.140,00 €	105.240,00 €
Total	3326	2554		498.900,00 €	229.860,00 €	728.760,00 €



IV – Parcerias

No âmbito da Cláusula 3ª, do Contrato de Execução n.º 366/2009, respeitante à Transferência de Novas Competências na área da Educação para o Município de Odivelas, propõe-se que o Município se assuma como Entidade Promotora do Programa das AEC para o Ano Letivo 2017/2018, em todas as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho, em parceria com os 8 (oito) Agrupamentos de Escolas.

Tendo em conta que a avaliação conjunta, da forma como decorreu o processo de parceria no presente ano letivo, realizada pelos serviços da Câmara, Agrupamentos de Escolas e Entidades Gestoras Parceiras, é muito positiva, propõe-se que para o Ano Letivo 2017/2018, continue a manter-se a opção metodológica de gestão em parceria em todos os Estabelecimentos de Educação e Ensino do Concelho, sendo que essas parcerias serão sempre constituídas com entidades previstas e identificadas no artigo 14º, da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto (Associações de Pais e de Encarregados de Educação; Instituições Particulares de Solidariedade Social; Agrupamentos de Escolas).

A identificação dos parceiros, escola a escola, e os termos destas parcerias, constarão de Acordo de Colaboração e de Cooperação a celebrar entre a Câmara Municipal de Odivelas (Entidade Promotora), os Agrupamentos de Escolas e as Entidades Gestoras Parceiras, após aprovação prévia em sede de reunião de Câmara.

V – Modalidades de Pagamento

O cálculo dos custos para a implementação do Programa de AEC para 2017/2018, resultante dos montantes a transferir para os Agrupamentos de Escolas e para as Entidades Gestoras Parceiras, baseia-se no valor do financiamento previsto no número 3, do artigo 20º, da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, a saber:

Valor máximo de comparticipação financeira anual, por aluno, para cinco horas semanais do 1º e 2º anos de escolaridade	150,00 €
Valor máximo de comparticipação financeira anual, por aluno, para três horas semanais do 3º e 4º anos de escolaridade (integração da disciplina de inglês na componente curricular - mínimo de 2 horas semanais)	90,00€

De realçar que o número de alunos apresentado resulta da previsão dos Agrupamentos de Escolas para o próximo ano letivo, e que por esse motivo, poderão ocorrer oscilações com consequentes flutuações no valor das transferências a efetuar para as Entidades Gestoras Parceiras.

O Município transferirá as verbas correspondentes ao financiamento por parte do Ministério da Educação para as entidades envolvidas na gestão das AEC, em três tranches, que deverão ocorrer em setembro de 2017 (relativa ao primeiro período), dezembro de 2017 (relativa ao segundo período), e abril de 2018 (relativa ao terceiro período).

VI – Orçamento Previsto

A estimativa do montante global referente às transferências para as Entidades Gestoras do Programa, tem por base o número de alunos previsto para a frequência do programa das AEC no Ano Letivo 2017/2018, e o custo aluno/ano definido na Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.

O valor global previsto destinado à transferência das verbas para as Entidades Gestoras Parceiras fazerem face às despesas com a implementação do Programa no Ano Letivo 2017/2018, perfaz um total de € 728.760,00 (setecentos e vinte e oito mil e setecentos e sessenta euros).

O valor a cabimentar no presente ano económico é de €485.840,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e quarenta euros), correspondendo às tranches a transferir para as Entidades Gestoras Parceiras fazerem face às despesas com a gestão do Programa no 1º e 2º períodos letivos, sendo o montante por período no valor de € 242.920,00 (duzentos e quarenta e dois mil e novecentos e vinte euros).

Propõe-se ainda, que o valor remanescente de € 242.920,00 (duzentos e quarenta e dois mil e novecentos e vinte euros), correspondente à tranche do 3º período letivo, seja inscrito no Plano de Atividades e Orçamento para 2018. (...)” (Informação n.º Interno/2017/6675, de 2017-06-07)

(Aprovado por maioria)

ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR ANO LETIVO 2017/2018

Programa das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar para o Ano Letivo 2017/2018. Estas atividades pretendem adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente garantir que as mesmas usufruam de



atividades com qualidade pedagógica e complementares das atividades educativas.

Através das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), pretende-se ainda assegurar o acompanhamento das crianças antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades. A frequência destas atividades é comparticipada pelo estado e pelas famílias, de acordo com o posicionamento socioeconómico do agregado familiar. Este programa tem contribuído para dar resposta às crianças oriundas de famílias que se encontram em situação de precariedade económica, permitindo que estas também tenham acesso às atividades oferecidas, com o objetivo de diminuir a exclusão social e promover a igualdade de oportunidades, favorecendo o sucesso educativo das crianças.

Para a implementação do programa de atividades aplica-se o previsto nas Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-escolar, constantes no Plano de Ação Social e Transportes Escolares, quanto às condições de acesso, funcionamento e comparticipação financeira (deliberado na 8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 19 de abril de 2017, *publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9/2017*, de 2 de maio, página 9 e anexo), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/7036, de 2017.06.13, aprovada na 13.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 28 de junho de 2017 (presente Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 14 de 2017, página 9), e remetida pelo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

“(…)- Para efeitos de exequibilidade financeira desta proposta, proceder-se-á à formalização do Acordo de Cooperação para a Educação Pré-Escolar, tripartido, a celebrar entre a Câmara Municipal de Odivelas, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e o Instituto de Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Lisboa, à semelhança do que já aconteceu nos anos letivos anteriores, o qual estabelece as condições de financiamento e a participação da Câmara Municipal de Odivelas no Programa das AAAF (em anexo), de acordo com os princípios consagrados no protocolo de cooperação de 28 de julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Solidariedade e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com base no Programa de Expansão e Desenvolvimento na Educação Pré-Escolar.

Nos termos do referido acordo, o financiamento do programa tem por base um custo sala/mês no valor de €706,21, sendo que a cada sala corresponde um grupo constituído por um número mínimo de 15 crianças e um máximo de 25. Assim, para um universo de 74 salas de atividades, prevê-se uma receita anual global (11 meses) no valor de € 574.854,94 (Quadro1).

Quadro 1 - Financiamento estimado para implementação do Programa das AAAF nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Município de Odivelas para o Ano Letivo 2017/2018

	Estimativas:				
	a) Custo Máximo	b) Comparticipação Financeira da DGEstE	c) Comparticipação Financeira das Famílias (11 meses)	d) Comparticipação Financeira da CMO (11 meses)	e) Total de Encargo para a CMO
Total Ano	€ 1.526.250,00	€ 574.854,94	€ 847.068,75	€ 679.181,25	€ 104.326,31

- Soma da comparticipação familiar com a comparticipação da CMO
- Cálculo de $706,21€ \times n^\circ$ de grupos ≥ 15 crianças x 11 meses
- Cálculo efetuado de acordo com população estimada de 1850 crianças distribuídas percentualmente pelos escalões de apoio e valor da comparticipação familiar de acordo com o escalão atribuído
- Cálculo efetuado de acordo com população estimada de 1850 crianças distribuídas percentualmente pelos escalões de apoio e valor da comparticipação da CMO de acordo com o escalão atribuído
- Diferença entre a Comparticipação da CMO e a Comparticipação financeira da DGEstE

O montante anual global previsto, para a implementação do Programa AAAF é de € 1.526.250,00, sendo que deste

valor se prevê que € 847.068,75 correspondam à comparticipação das famílias. Quanto ao diferencial no montante de € 679.181,25 corresponde à comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas, encargo a suportar parcialmente pelo Acordo de Cooperação tripartido, cuja receita estimada, é de € 574.854,94. De referir que os cálculos foram efetuados com base em valores estimados, prevendo-se deste modo, que possam ocorrer ajustamentos ao número de alunos e número de grupos a frequentar as AAAF, situação que poderá resultar em flutuações das despesas e receitas previstas.

Estima-se que o valor mensal global da comparticipação da CMO seja de € 61.743,75, pelo que se propõe o cabimento de € 432.206,25 (Quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e seis euros e vinte e cinco cêntimos), valor a transferir para as entidades gestoras, destinado a



comparticipar os encargos com o programa das AAAF, referente à 1ª e 2ª tranches em 2017 (1º e 2º período do ano letivo 2017/2018) correspondente a 7 meses, conforme previsto nas Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-escolar, no nº 5, VIII (Da Comparticipação Financeira), do Capítulo III, constantes no Anexo III do Plano de Ação Social e Transportes Escolares.

Propõe-se ainda que o valor remanescente de 246.975,00 (Duzentos e quarenta e seis mil e novecentos e setenta e cinco euros), correspondente a 4 meses, referente ao valor estimado a transferir para as entidades gestoras na 3ª tranche, no ano letivo 2017/2018, seja inscrito em Plano de Atividades e Orçamento Municipal de 2018. (...)”
(*Informação n.º Interno/2017/7036 de 2017.06.13*)

(Aprovado por unanimidade)

REGULAMENTO

CONCURSO GASTRONÓMICO “MESA SALOIA”

Regulamento do Concurso Gastronómico “Mesa Saloia”. A abertura do procedimento regulamentar foi aprovada na 6.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 22 de março de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 7/2017*, de 4 de abril). O Concurso Gastronómico “Mesa Saloia” tem como principais objetivos promover a qualidade e a diversidade da oferta gastronómica do Concelho de Odivelas, dinamizar o tecido empresarial da restauração do Concelho de Odivelas e melhorar a oferta turística e promover a recuperação do receituário da cozinha tradicional local, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/5712, de 2017.05.23, aprovada na 11.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 31 de maio de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 12 de 2017*, página 8), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

[Publica-se em anexo no final do presente Boletim o *Regulamento do Concurso Gastronómico de Odivelas*]

(Aprovado por maioria)



ANEXO

REGULAMENTO DO CONCURSO GASTRONÓMICO DE ODIVELAS



REGULAMENTO DO CONCURSO GASTRONÓMICO DE ODIVELAS



REGULAMENTO DO CONCURSO GASTRONÓMICO DE ODIVELAS

I - OBJECTO DO CONCURSO

A Câmara Municipal de Odivelas promove o Concurso Gastronómico “Mesa Saloia” tendo como principais objetivos:

- a) Promover a qualidade e a diversidade da oferta gastronómica do Concelho de Odivelas;
- b) Dinamizar o tecido empresarial da restauração do Concelho de Odivelas e melhorar a oferta turística;
- c) Promover a recuperação do receituário da cozinha tradicional local.

II - FASES DO CONCURSO

O Concurso compreende as seguintes fases:

1. Inscrição e seleção dos concorrentes;
2. Provas dos pratos por parte do júri;
3. Apuramento dos vencedores e entrega dos prémios, em data a designar.

III - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1. Concorrentes

1.1. Ao presente Concurso poderão concorrer todos os restaurantes do Concelho de Odivelas.

1.2. A cada concorrente será atribuído um Comprovativo de Participação com o logotipo do Concurso e a identificação de participação.

2. Os candidatos devem elaborar dois pratos (sopa/entrada ou sobremesa e prato de carne/peixe ou outro), preferencialmente com utilização de produtos da região com origem local/saloia e com receituário tradicional local.

3. Inscrições

3.1. As inscrições que não satisfaçam os requisitos anteriormente definidos não serão consideradas.

3.2. As inscrições serão efetuadas mediante o preenchimento da Ficha de Inscrição (em anexo) e da Ficha Descritiva do Produto Gastronómico (em anexo) com a indicação dos pratos de acordo com modelo a fornecer pela organização, que será disponibilizado na Loja do Cidadão de Odivelas ou através do site www.cm-odivelas.pt e que, depois de preenchido na totalidade, deverá ser enviado para atividadeseconomicas@cm-odivelas.pt ou entregue na Loja do Cidadão de Odivelas;

4. Seleção

4.1. Após a receção das candidaturas e verificação dos requisitos de participação todos os candidatos serão oportunamente informados sobre o resultado desta fase.

4.2. A análise do cumprimento de todos os requisitos constantes no presente regulamento é da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas ;



IV - PROMOÇÃO

1. Durante o período em que decorre o Concurso, devem estar disponíveis no estabelecimento para serviço aos clientes os pratos apresentados a concurso.
2. Cada restaurante concorrente, durante o período em que decorre o evento deverá ter na entrada do estabelecimento, assinalado, o logotipo do concurso e a sua participação no mesmo, em suporte a fornecer pela organização.
3. A Câmara Municipal de Odivelas garante a divulgação e publicidade do Concurso, bem como da lista dos estabelecimentos participantes, nos meios de comunicação social, com especial destaque para o site da autarquia, agenda cultural e página do facebook da Câmara Municipal de Odivelas, de modo a promover o evento junto dos munícipes em geral e dos visitantes do Concelho.
4. O logotipo do Concurso será entregue aos concorrentes em formato digital, para seu uso na promoção dos seus Estabelecimentos.

V- JÚRI, PROVAS E APURAMENTO DE RESULTADOS

5.

5.1. O júri é constituído por 3 elementos efetivos e 2 suplentes.

5.2. O conhecimento do júri nomeado será realizado através da publicitação do despacho de abertura do Concurso.

5.3.

5.3.1. O júri é responsável pela avaliação e pontuação das receitas a concurso, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Seleção dos produtos - 0 a 10 pontos;
- b) Ficha técnica - 0 a 5 pontos;
- c) Apresentação - 0 a 10 pontos;
- d) Sabor - 0 a 15 pontos;
- e) Respeito pela receita tradicional - 0 a 10 pontos.

5.3.2. Além deste critério deverão ser tomados em consideração os seguintes fatores de ponderação:

- a) Serviço - 0 a 5 pontos;
- b) Ambiente - 0 a 5 pontos.

5.4. O restaurante é visitado pelo júri em dia e hora pré definidos.

5.5. As operações de apuramento dos vencedores decorrem até 10 dias úteis após o termo do concurso.

5.6. Cada membro do júri deverá indicar por escrito a sua pontuação e ficará impedido de divulgar quaisquer resultados antes do final do Concurso;



5.7. As decisões do júri serão homologadas por despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal, do qual não há recurso.

VI – PRÉMIOS

6.

6.1. Aos restaurantes são atribuídas as seguintes distinções, de acordo com a pontuação atingida:

- a) Diploma de Ouro - de 161 a 180 Pontos;
- b) Diploma de Prato - de 141 a 160 Pontos;
- c) Diploma de Bronze - de 121 a 140 Pontos.

6.2. Os diplomados receberão de prémio uma jaleca personalizada, ouro, prata ou bronze, de acordo com a pontuação obtida.

6.3. Os prémios serão entregues em data, local e horário a anunciar.

6.4. Os estabelecimentos distinguidos e seus prémios serão divulgados no site da autarquia da Câmara Municipal de Odivelas

VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Tudo o mais omissa e não expressamente regulado, será objeto de Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, designadamente a data de abertura e prazo do Concurso.

2. Na resolução de quaisquer dúvidas emergentes da aplicação deste Regulamento, decidirá o júri e a entidade promotora, de acordo com as respetivas competências.

3. A inscrição no concurso implica a aceitação do presente Regulamento.